

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf THALES RABELO METRE

**A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA ESCOLA DE
APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS, DURANTE A SUA VIGÊNCIA.**

Rio de Janeiro

2017

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf THALES RABELO METRE

A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS, DURANTE A SUA VIGÊNCIA.

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Sérgio Luiz Augusto de Andrade - TC

Rio de Janeiro

2017

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf THALES RABELO METRE

A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS, DURANTE A SUA VIGÊNCIA.

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares.

Aprovado em xx de outubro de 2017

A ser definido– Cel
Doutor em Ciências Militares
Presidente/ EsAO

A ser definido – Cel
Doutor em Ciências Militares
1º Membro / EsAO

SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE – TC
Doutor em Ciências Militares
2º Membro (orientador) / EsAO

SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE – TC
Doutor em Ciências Militares
3º Membro

DEDICATÓRIA

À minha esposa Franciele e meu filho Enzo, hoje, vocês são a minha razão de viver.

AGRADECIMENTOS

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de contribuir para a compreensão da História da Missão Militar Francesa e sua importância para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, às vésperas de comemorar o seu primeiro centenário. O desejo de modernidade ocorreu em diversos campos da sociedade brasileira e, devido à recente situação do Brasil como República independente, o Exército Brasileiro deveria passar por urgentemente por uma série de reformulações para acompanhar o desenvolvimento do país e garantir, então, a soberania e liderança no continente. Apesar das dificuldades inerentes aos processos de evolução de qualquer povo ou sistema, as reformas nos currículos das Escolas Militares ocorreram e foram aperfeiçoadas pelas ideias e sugestões dos instrutores franceses que aqui labutaram. Esta dissertação foi desenvolvida nos anos de 2016 e 2017 e utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa; Exército Brasileiro; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

ABSTRACT

This work aims to subsidize the comprehension of operation of the French Military Mission and its importance to *Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais*, in advance of its first centennial. Many sides of Brazilian society wished modernization and improvement, as Brazil was a recently new independent Republic. Brazilian Army should follow this evolution and so, guarantee his position as a continental leader. Although the difficulties and obvious prejudices of any transformation process, many curriculum reforms were done in military Schools and received ideas and influences from the French instructors after their arrival. This dissertation was written in 2016 and 2017 and used documental and bibliographical research.

Key words: French Military mission; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Brazilian Army.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jovens Turcos	27
Figura 2 - Epitácio Pessoa	29
Figura 3 - General Gamelin	30
Figura 4 - General Coffec.....	31
Figura 5 - Ministro Calógeras	33
Figura 6 - Gen Cardoso de Aguiar	34
Figura 7 - Doação de Material de Artilharia	38
Figura 8 - Contrato da MMF junto ao Estado de São Paulo	40
Figura 9 - Designação do Cel Paul Balagny.....	41
Figura 10 - Informes à França, sobre a política do Brasil	42
Figura 11 – Telegrama	43
Figura 12 - RElatório expedido pelo Gen Coffec	44
Figura 13 - Relatório do Gen Coffec.....	45
Figura 14 - Gen Coffec sugere renovação do Contrato.	46
Figura 15 - Relatório do Gen Coffec.....	47
Figura 16 - Bol Interno de 17 de nov de 1920. Relato de Manobra de Quadros	50
Figura 17 - Bol Interno de 17 de nov de 1920. Elogios ao Gen Gamelin	50
Figura 18 - Reserva de recurso específico para a forragem do cavalo do Gen Gamelin	54
Figura 19 - Designação de Ordenança	55
Figura 20 - Autorização para uso dos veterinários franceses integrantes da MMF... ..	56
Figura 21 - Concurso para Instrutores de Infantaria	57
Figura 22 - Registro diário de frequência	57
Figura 23 - Ressarcimento monetário por carta topográfica	58
Figura 24 - Encerramento de ano letivo.	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de Ensino Militar (1898 - 1905)	24
Quadro 2 - Composição de Missão Militar enviada à França	37
Quadro 3 - Efetivo de oficiais concludentes da EsAO durante o período da MMF	52

LISTA DE ABREVIATURAS

ADN	A Defesa Nacional
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
DOU	Diário Oficial da União
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Ems	Escolas Militares
EE	Estabelecimentos de Ensino
EME	Estado-Maior do Exército
EB	Exército Brasileiro
MMF	Missão Militar Francesa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVO	15
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 O POSITIVISMO	19
2.1.1 Reflexos do Positivismo no Exército Brasileiro	20
2.2 PANORAMA DO ENSINO MILITAR À ÉPOCA	21
2.2.1 O Regulamento de 1890	22
2.2.2 O Regulamento de 1898.	23
2.2.3 O Regulamento de 1905	23
2.2.4 Missão Militar – Conceito	25
2.3 OS JOVENS TURCOS.....	25
2.4 ALGUMAS PERSONALIDADES ENVOLVIDAS NA MISSÃO MILITAR FRANCESA	28
2.4.1 Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 -1942)	28
2.4.2 Maurice Gustave Gamelin (1872 – 1958).....	29
2.4.3 Frédéric Mathieu Marie COFFEC. (1865 - 1938).....	30
2.4.4 João Pandiá Calógeras (1870 – 1934)	32
2.4.5 Alberto Cardoso de Aguiar (1864 – 1935)	33
2.5 A MISSÃO MILITAR FRANCESA	34
2.5.1 A escolha da França em detrimento da Alemanha	35
2.5.2 Documentações Estrangeiras Relevantes	42
2.5.3 O Cartesianismo	52
2.5.4 Boletins Internos da EsAO Relevantes.....	53
2.5.5 Forma de Avaliação na EsAO após a chegada da MMF	59
3 METODOLOGIA	63
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO	63
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	63
3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura	64

3.3.2 Instrumentos	65
3.3.3 Procedimentos metodológicos	66
3.3.4 Análise dos dados	67
4 CONCLUSÃO	68

1 INTRODUÇÃO

As Escolas Militares (EMs) do Exército Brasileiro (EB) são referência de qualidade de ensino no nosso país (GERMANO, 1992). É notório o rigor metodológico existente no processo ensino-aprendizagem nas diversas Instituições de Ensino (IEs) da Força Terrestre; quer sejam do Ensino Fundamental e Médio (Sistema Colégio Militar do Brasil), quer sejam nas Escolas de Formação de Oficiais e Praças.

Para que o nível educacional dos militares seja mantido elevado, o EB atravessou por diversas reformas pedagógicas. Segundo Filho, A., P., (2002), até o final do século XIX, o EB viveu um período de grande desordem e falta de métodos em suas Escolas Militares. As escolas ensinavam disciplinas acadêmicas gerais e muito pouco conhecimento militar era transmitido ao aluno.

No início do século XX, o EB se preocupou mais com suas Escolas e com a formação de seus militares, passando a formar não somente oficiais cidadãos mas, sim, profissionais da guerra (MOTTA, 2001). Em 1919, firmou-se a contratação da Missão Militar Francesa (MMF) que teve como um dos seus principais objetivos a reforma do ensino.

Para um melhor entendimento desta seção, a introdução será dividida em: problema, objetivo, questões de estudo e justificativa.

1.1 PROBLEMA

Em 1896, o General João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1840 – 1907), Ministro da Guerra, iniciou o primeiro processo de organização do ensino das EMs do EB. Teve como um de seus objetivos dar mais importância às Escolas Militares, mostrando aos seus subordinados o quão importante era sua formação. Essa reforma extinguiu a Escola Superior de Guerra, restando apenas escolas regimentais, o Colégio

Militar do Rio de Janeiro, as Escolas Preparatórias de Realengo e Rio Pardo, a Escola de Tática e a Escola Militar do Brasil (FILHO, A. P., 2005).

A atenção denotada pelo General João Nepomuceno de Medeiros Mallet pelas EMs foi importante para que o EB notasse a necessidade de estar sempre se atualizando e atento às modificações que um sistema de ensino exige. No entanto, os oficiais ainda permaneciam sendo formado grandes teóricos e pouco práticos (MC CANN, 2007).

Em 1905, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Decreto nº. 5.698, de 2 de outubro de 1905 - Regulamento para as Escolas do Exército – que autorizava viagens ao exterior para que se adquirisse conhecimento. Tais missões de cooperação dariam origem ao que se estuda no presente trabalho, a Missão Militar Francesa.

Vinte e um oficiais foram enviados a corpos de tropa do Exército Alemão para aprenderem e retransmitirem conhecimento quando regressassem ao Brasil. Esses jovens foram apelidados de jovens turcos, em alusão ao grupo que pretendia reformar o governo e a administração do Império Otomano e elevar a Turquia ao nível dos gigantes europeus (AHMAD, 1969).

Em 1919 (Término da I Guerra Mundial), foi constatado um estado de total precariedade na Força em treinamento, equipamentos, instalações e, o mais temeroso, em conhecimento técnico-profissional. O Presidente Epitácio Pessoa (1865 – 1942) concluiu ser de pujante necessidade a contratação de uma missão militar estrangeira (BELLINTANI, A. L., 2016). Coincidência ou não, a França teria que vender seu grande excesso de material bélico.

O Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras (1870 – 1934) ficou encarregado de estudar a melhor possibilidade para atender à demanda de uma missão militar estrangeira. França e Alemanha disputavam os mercados da América Latina para que pudessem exportar seu material bélico. A França, vencedora da I Guerra Mundial, atravessava um período de expansão de sua cultura. Através de exposições, conferências e livros fazia chegar ao mundo seus interesses e utilizava como carro-chefe de *marketing* a latinidade, alegando a forte ligação entre os povos latinos e a cultura francesa (MARTINS, 2003).

Em 1919, foi firmado um tratado de vinda de missão de instrução militar e sua renovação foi ocorrendo até 1940, quando a França deixou o país para se focar na Segunda Grande Guerra (1939 – 1945). O General Maurice Gamelin (1872 – 1958) foi o primeiro chefe de missão e despendeu grande atenção às escolas militares (NETO, 2005).

No período compreendido entre o término da MMF e os dias de hoje, o EB seguiu se atualizando e sofrendo influências internacionais em seus aspectos doutrinários, organizacionais e de ensino. A evolução humana é constante em todos os espectros. Todos os povos, natural ou forçosamente, acabam por ter que se adaptar à velocidade da mudança dos meios e fatos. Depara-se com o seguinte problema: como a MMF realmente colaborou com a evolução do EB no momento em que aqui chegou? Ela conseguiu influenciar a doutrina do EB, bem como a forma de ensinar nas Escolas Militares Brasileiras?

1.2 OBJETIVO

Este trabalho pretende analisar as influências da MMF no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da linha do ensino militar bélico da EsAO, durante a vigência da MMF. Visando a atingir o objetivo geral de estudo, formularam-se os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a. Apresentar panorama do ensino militar na transição do século XIX para o século XX;
- b. Apresentar as principais ideias dos jovens turcos;
- c. Discorrer sobre a opção pela França para gerenciar uma missão militar estrangeira de instrução;
- d. Descrever as características dos instrutores franceses;
- e. Analisar aspectos do contrato da MMF e
- f. Descrever o início do funcionamento do CAO.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Para Neves; Domingues (2007), quando um trabalho surge a partir das indagações do pesquisador sobre um determinado assunto e o objetivo geral é descrever um evento ou processo, se trabalha com questões de estudo. Não há a necessidade do processo de construção de hipóteses.

Seguindo esse conceito teórico, o presente projeto apresenta as seguintes questões de estudo

- a) Como estava o ensino militar do Exército Brasileiro à época?
- b) As experiências colhidas pelos jovens turcos influenciaram o EB? Suas ideias foram bem aceitas?
- c) Que aspectos mais influenciaram o Alto Comando do EB na escolha da França para a chefia de uma missão de instrução?
- d) A França, representada por seus instrutores aqui no Brasil, tinha o objetivo de colaborar com o desenvolvimento do EB?
- e) Como se deu a implantação e o início do funcionamento do CAO, assim que houve a criação da EsAO?

1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo Malan (1988), a História Militar engrandece o conhecimento cultural geral do militar e deve aparecer constantemente nos cursos que eles venham a realizar em suas carreiras. Ela possibilita um maior entendimento tático e estratégico do teatro de operações, através do estudo das Guerras mais remotas às mais recentes (FILHO, J. A. B., 1994).

A MMF influenciou o EB em diversos aspectos. Há livros, artigos científicos, artigos de revistas, teses e dissertações a seu respeito. Essa bibliografia contribuiu para o referencial teórico desta dissertação de mestrado. Estudos específicos sobre a

influência da MMF no CAO da EsAO, entretanto, são escassos. Em cinco de janeiro de 2017, o Capitão de Artilharia Mário Henrique de Oliveira da Silva defendeu sua Dissertação de Mestrado intitulada “A Influência da Missão Militar Francesa na EsAO”.

A presente dissertação visa, além de seus objetivos gerais e específicos, complementar o trabalho acima citado. Será estudado uma mesma temática, a MMF, porém sob um enfoque eminentemente histórico.

Diante do exposto acima e com a proximidade do centenário da EsAO, a presente dissertação reveste-se de importância, pois analisou aspectos da MMF no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da linha do ensino militar bélico da EsAO, durante a vigência da MMF.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo enseja apresentar aspectos históricos que antecedem ou permeiam o período de existência da Missão Militar Francesa no Brasil

O Exército Brasileiro viveu um momento ruidoso no início do século XX. Era precário o estado de treinamento da força, os equipamentos, as instalações e, o mais temeroso, o conhecimento técnico-profissional (MOTTA, 2001). O Ministro da Guerra, General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, afirmou que havia a necessidade de uma reformulação da Força Terrestre que garantisse um contingente mínimo para a primeira linha de defesa. O Exército deveria também estar em condições de entrar em combate apenas com o acionamento de seus reservistas, sem a necessidade de se formar novas Organizações Militares (FILHO, A. P., 2002).

McCann (2007) atesta em sua obra que o Exército carecia de todos os tipos de recursos. Desde armas até alimentação básica. O nível intelectual dos militares de patentes mais baixa era muito baixo.

Com um cenário ababelado, a vinda de uma missão militar estrangeira foi de vital importância. Uma das principais preocupações dos franceses foi com as Escolas Militares. Eles não tinham outra forma de entender a construção de um exército forte, a não ser com a sólida formação moral do soldado. (FILHO, J. A. B., 1994).

Para Bellintani, A. I. (2009), a contratação da MMF incutiu na oficialidade brasileira a importância da formação e do profissionalismo militar. A missão fundou escolas, impôs uma nova doutrina e instruiu a formação de alunos. As escolas passaram a ser centros de excelência na formação de pessoas, especializando oficiais e graduados na técnica de combate e na utilização do armamento disponível.

Segundo Moraes (2014), a MMF militarizou e disciplinou a tropa. O General Maurice Gamelin impôs de maneira rígida a cultura militar moderna e exigiu que o conhecimento deveria chegar a todos os integrantes da força. A MMF foi muito importante e, em 1922, o Chefe do Estado-Maior do Exército constatou:

Passados três anos, estamos habilitados a declarar que nem o seu ilustre chefe, nem o conjunto de seus auxiliares, malograram as esperanças que, em boa hora, depositáramos na colaboração afetuosa da França. A Escola de Estado-Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais estão transformadas em viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com preparação mais racional para as funções complexas da guerra moderna (ESTEVES, 1996, p. 100-101)

Filho, A. P. (2005) apresenta que nos vinte anos de vigência da MMF, aproximadamente uma centena de instrutores colaboraram com inúmeras mudanças nas Escolas Militares do EB. Essas modificações atingiram toda a Força Terrestre a qual teve aumentado o seu orgulho profissional, a sua competência e a sua operacionalidade. O mesmo autor ressalta que o estudo da História Militar passou a ser parte integrante obrigatória dos currículos das Escolas de Formação de oficiais.

Pinto (2016) apresenta que a avaliação da MMF no Brasil é controversa em alguns aspectos. Ao mesmo tempo em que colaborou para a formação de oficiais mais competentes, reforçou a dependência industrial brasileira, inclusive no tocante ao material bélico. Ademais, os oficiais franceses instrutores atuaram sigilosamente como representantes comerciais.

2.1 O POSITIVISMO

A necessidade humana de se organizar em sociedades acarretou ao longo do tempo em mudanças atitudinais dos povos. A educação é ferramenta presente em todo o caminhar do mundo, desde os mais remotos registros históricos. A mudança de conceitos permeou os séculos e, de geração em geração, sofreu influências de notáveis pensadores de diversos campos do conhecimento.

Durante o século XVIII, Kant (1724 – 1804) desenvolveu relevantes estudos sobre as possibilidades e os limites da razão (PASCAL; VIER, 1985). No século posterior, diversos estudiosos aprofundaram as teorias kantianas e as destrincharam. Destacou-se entre elas o Positivismo (ISKANDAR; LEAL, 2002).

Auguste Comte (1798 – 1857) é o mais renomado pensador do Positivismo, no entanto, ele recebeu valiosas influências de ideias positivistas que já circulavam na sociedade europeia por outros filósofos. Lowy (1987) apresenta que segundo Antoine Nicolas de Condorcet (1743 – 1794) as sociedades precisavam ser designadas com uma matemática social, ou seja, deveria ser feito um sério trabalho, com rigor matemático e estatístico, acerca dos fenômenos sociais. Para Condorcet, as ciências eram controladas pelas classes superiores, como senhores feudais e o clero, quando deveriam ser naturalmente controladas pela própria natureza.

No século XIX, Comte torna mais conhecida as ideias positivistas. Seu pensamento calcou-se em algumas fundamentações principais: filosofia histórica, evoluções teológicas, metafísicas e positivas (ISKANDAR; LEAL, 2002). Suas obras passaram por três fases: Opúsculos da filosofia social (1820 a 1826), Curso de filosofia positiva (1830 a 1842) e Tratado de sociologia (1851 a 1854) (BELLINTANI, A. I., 2009).

O Positivismo teve presença forte no final no século XIX e início do século XX, principalmente pela sua chegada às escolas aliado aos conteúdos de Sociologia e Psicologia. Currículos multidisciplinares, ainda hoje tão enfatizados, são oriundos da era do Positivismo. Ele se incorporou ao movimento republicano, colaborando com os ideais de ordem e progresso (ISKANDAR; LEAL, 2002).

Em consonância com os princípios seguidos por Comte de uma sociedade evoluída industrialmente, pacífica e calcada em rigor científico, sua obra *Curso de Filosofia Positiva* alça a bandeira do fim dos exércitos. Fato que ocorreria devido à evolução científica e espiritual do homem e, fatalmente, levaria a sociedade a um período sem guerras. O inverso aconteceu, teve-se a militarização da indústria e crescente investimento e poderio bélico (COMTE; GIANNOTTI; LEMOS, 1988; COMTE; REVUELTA; BERGES, 2002).

2.1.1 Reflexos do Positivismo no Exército Brasileiro

Apesar de uma importante base da filosofia de Auguste Comte, com relação ao Positivismo, ter sido a evolução espiritual do homem e sua conseqüente situação pacífica e de não necessidade de guerra, o Positivismo foi a principal influência nas Escolas Militares no fim do século XIX e início do século XX (DE OLIVEIRA SANTOS, 2007).

Castro (1995) relata que o ensino positivista era transmitido na Escola Militar na Praia Vermelha, até mesmo através de grêmios e associações, pois o currículo era voltado para as ciências exatas. Encontrava-se ainda, à época, constantes debates acerca do futuro do país versando sobre a necessidade do país ser dirigido por técnicos e não por políticos, pensamento nítido positivista (DE OLIVEIRA SANTOS, 2007).

Embora as influências comtianas no Exército tenham sido claramente fortes, havia sempre a dicotomia acerca das lições aprendidas com a História e o motivo pelo qual erros eram recorrentes. O processo cartesiano deveria poder ajudar a solucionar esses problemas, segundo Milan (1993), no entanto, é perceptível à sociedade atual brasileira que a solução ainda não ocorreu.

2.2 PANORAMA DO ENSINO MILITAR À ÉPOCA

Na transição entre o século XIX e o XX, período conhecido como Primeira República (1889-1930), o Exército era, para Mc Cann (2007), a única instituição sólida brasileira. A oficialidade desenvolvera avançado caráter político o que acarretaria no entendimento da pujante necessidade de modernização da Força Terrestre. A caserna atravessava um período de infortúnio ideológico e de total dismantelo material. Assumir o poder por assumir, por força da turbulência da troca de regime de Governo do Brasil não teria êxito sem uma base institucional sólida e esse alicerce faltava à época para o EB (COELHO, 2000). Era necessária uma liderança militar.

Deodoro da Fonseca (1827 – 1892) e Benjamin Constant (1833 – 1891) são os militares que asseguraram a consolidação da República no Brasil. Com características muito opostas, o primeiro era eminente prático de guerra e o segundo, um típico bacharel-

militar, com pensamento politizado aflorado e capaz de convencer massas humanas (MORAIS, 2014).

2.2.1 O Regulamento de 1890

Face aos novos desafios que se apresentaram aos oficiais do Exército em decorrência do início da República, teve início uma sequência de regulamentos de ensino militar. O decreto nº 330 de 12 de abril de 1890 nos traz que o ensino militar deveria ser teórico e prático para oficiais e para as praças em seus Estabelecimentos de Ensino (EE): Escolas regimentais; Escolas militares; Escola superior de guerra; Escolas práticas, a do Exército - na Capital Federal, de infantaria e cavalaria - no Estado do Rio Grande do Sul.

É interessante observar a preocupação do Alto Escalão do Exército em ser hegemonia continental, através de uma passagem do decreto anteriormente citado:

Considerando que é de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar, tanto quanto possível, o ensino nas escolas destinadas á instrução e educação militar, de modo a attender aos grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigencias com a missão altamente civilisadora, eminentemente moral e humanitaria que de futuro está destinada aos exercitos no continente sul-americano; (BRASIL, 1890)

O incremento positivo da qualidade e quantidade do ensino militar estava alinhado com a necessidade de se elevar o nível institucional do EB, objetivo intimamente ligado com a capacidade argumentativa política de seus oficiais. (GRUNENVALDT, 2005)

Grunenvaldt (2005) lista uma série de Mestres que lecionaram em Escolas Militares, foram eles: Roberto Trompowsky, Leitão de Almeida (Analítica), Cursino do Amarante (Mecânica), Antônio Carneiro da Cunha (Física), Licínio Atanásio Cardoso e José Eduardo Teixeira de Sousa (esses dois últimos ministravam Sociologia e Biologia e frequentaram cursos de ensino em Paris, França, onde travaram contato com a influência positivista).

Outros professores que lecionaram à época foram: Antônio Gabriel de Moraes Rego (cálculo diferencial e integral), Henrique Valadares (Arte Militar), Vicente Antônio do Espírito Santo (Direito e Economia Pública), José Félix Barbosa de Oliveira (Astronomia), Agrícola Ewerton Pinto (Fortificação, Balística e Artilharia), José Maria Pego Júnior (Geometria Descritiva), Leopoldo Rodolfo Pinheiro Bittencourt (Sombras e Perspectivas), Inocência Serzedello Corrêa (Química), Augusto Cincinato de Araújo (Topografia).

2.2.2 O Regulamento de 1898.

O Decreto nº 2.881 de 18 de abril de 1898 surgiu oito anos após o primeiro regulamento da República. O Presidente da República, Prudente José de Moraes Barros (1841 – 1902), o Prudente de Moraes, e o Ministro da Guerra, Gal. João Tomás Cantuária (1835 – 1908), chancelaram novas imposições às instituições de ensino militar. Todas alinhadas ainda com a ideia de dar um maior arcabouço para a oficialidade.

Segundo Grunennvaldt (2005), não houve grandes mudanças entre os dois regulamentos apresentados. Ainda se requeria uma nova proposta de formação do oficial, de modo a prepará-lo para os desafios que lhes seriam impostos no novo século. Aspectos estruturais e conjunturais do Brasil República.

2.2.3 O Regulamento de 1905

O Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848 – 1919), e o Ministro da Guerra, Francisco de Paula Argollo (1847 – 1930), assinaram o Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905 intitulado “Regulamento para as Escolas do Exército”. Essa publicação deu origem a significativas mudanças no sistema de ensino do EB. A instrução militar destinar-se-ia apenas aos oficiais e praças e não mais aos colégios de educação básica. O quadro 1 apresenta um comparativo entre os EE previstos pelo Regulamento de 1905.

Regulamento de 1898	Regulamento de 1905
Colégio Militar	Escolas Regimentais
Escolas Regimentais	Escolas de Guerra
Escolas Preparatórias e de Tática	Escola de Aplicação de Infantaria
Escola Militar do Brasil	Escola de Artilharia e Engenharia
	Escola de Estado-Maior

Quadro 1 - Instituições de Ensino Militar (1898 - 1905)

Fonte: (BRASIL, 1905)

Percebe-se, pela análise do quadro 1 o aumento quantitativo de EE e a ausência de colégios militares. Permaneceram vigentes as Escolas Regimentais subordinadas ao comando dos distritos (GRUNENVALDT, 2005).

A intenção de se formar oficiais com vasta gama de conhecimento civil permaneceu forte no Regulamento de 1905. Teve-se destacado incremento da Escola de Artilharia e Engenharia e na de Estado-Maior, criada em 1905. O General Mallet, Ministro da Guerra no governo de Campos Sales (1841 – 1913), de 1898 a 1902, aspirava adequar o Ensino Militar ao avanço das Artes e das Ciências. Alguns avanços industriais, como na parte bélica, acarretaram diretamente mudanças estratégicas e, fatalmente, influenciaram no nível tático do campo de batalha (GRUNENVALDT, 2005).

Segundo Motta (2001) *apud* Grunennvaldt (2005), iniciou-se o *fazer para aprender*, metodologia de ensino gradual, na qual o discente deveria: executar constante adestramento de unidades, isoladas ou combinadas; ininterruptas práticas de módulos de tiro e exercícios no campo. Ideia que serão ponto-forte da MMF.

A norma regimental de 1905 aboliu o termo “cadeiras”, dando lugar a aulas. O Regulamento de 1905 suprime o adjetivo “teórica” da instrução militar, passando a canalizar o entendimento dos instrutores que o ensino militar deveria conter aplicabilidade e objetividade. A instrução prática passou a ser organizada em grupos de conteúdos que contivessem afinidade. O regulamento atuou com mais rigor sobre os alunos e, também, instrutores. Houve a adoção de concursos para soldados, a criação do cargo de Aspirante a oficial e a manutenção do bacharelado em Matemática.

2.2.4 Missão Militar – Conceito

À esteira dessas reformulações do ensino militar brasileiro, é interessante salientar uma definição de um especialista acerca de o que é uma missão militar. Essa pode ser de observação, de compra ou de armistício, por exemplo. A missão militar de instrução, é, então, um tipo delas. Isso tudo nos define o General Malan:

“A missão de instrução é organizada em um país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido”. (MALAN, 1988, p. 39)

Uma das formas de complementar e acelerar o processo de reformulação do ensino é pelo ato de firmar contratos de cooperação. E será pauta das próximas seções da presente dissertação.

2.3 OS JOVENS TURCOS

Quando o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855 – 1923) assumiu o Ministério da Guerra, foi convidado pelo *Kaiser* Guilherme II, em 1908, a visitar instalações do Exército Alemão e presenciar manobras militares de grande vulto em Tempelhoff. Essa aproximação facilitou o envio de oficiais brasileiros ao país europeu, para aprendizado.

Graças ao empenho e solicitação de recursos feita pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argolo (entre 1902 e 1906), em 1906, 1908 e 1910, o EB enviou à Alemanha três grupos de oficiais, totalizando 21 militares. Essa cooperação teve como objetivo aprender com o Exército mais seguidor da tradição militar prussiana e colaborar com reformas de ensino militar, quando retornassem ao Brasil (DE ARAUJO, 2009). Essa alcunha “jovens turcos” é análoga a um grupo de otomanos que estagiara

no Exército Alemão com o intuito de modernizar o Exército Turco. Apesar do tom pejorativo inicial do apelido, “Os Jovens Turcos” usariam a seu favor e o nome tornou-se um dos símbolos de sua causa.

Os brasileiros foram instruídos por dois anos em solo germânico e, segundo Filho, A. P. (2002), declararam que os aquartelamentos alemães eram escolas de guerra e de disciplina verdadeiramente.

Por ocasião do regresso desses militares recém instruídos, eles estavam ávidos por difundir seus novos conhecimentos, no entanto, o próprio Exército não tinha planejamento sobre como seria essa contribuição. Eles acabaram recebendo missões diversas, como por exemplo instruir sargentos que deveriam repassar aos soldados (BELLINTANI, A. L., 2016).

A principal contribuição desse grupo foi a criação da revista *A Defesa Nacional* (ADN), em 1913, com o objetivo de difundir os conhecimentos adquiridos na Alemanha. Outra documentação interessante trazida por eles foi o Boletim do Estado-Maior do Exército, de acesso privado, enquanto a ADN era de acesso público (RODRIGUES, F. D. S., 2011). A Defesa Nacional era uma revista de assuntos militares fundada em 1913, pelos seguintes militares: Jorge Pinheiro, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Amaro de Azambuja Villa Nova, Bertholdo Klinger, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Bráilio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade (figura 1). De todos os militares que participaram do embrião da revista, somente quatro não haviam passado período de instrução no Exército Alemão, mas, eram também, adeptos da nova campanha de renovação do Exército. Os redatores iniciais da revista foram os Tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis (RODRIGUES, F. D. S., 2011).



Figura 1 - Jovens Turcos

Fonte: Bem Paraná. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/tupan/wp-content/uploads/2014/12/Contestado-3.jpg>> Acesso em: 14 mar 2017.

A ADN apresentou ao Brasil interessante quantidade de estudos e análises executados na Alemanha. Veiculou-se a tradução de alguns Regulamentos Militares, como confeccionar guias de instrução, de notas, de relatórios. O principal objetivo era minimizar o trabalho, padronizar e facilitar a compreensão dos ensinamentos militares aprendidos no exterior.

Segundo Rodrigues, F., D., S., (2011), a divulgação da “A Defesa Nacional” pelos corpos de tropa atraiu interesse de oficiais de espírito inovador e que desejavam ver os ensinamentos colhidos pelos Jovens Turcos difundidos pelo solo nacional. Antes da Primeira Grande Guerra, os manuais militares eram poucos, as instruções militares sem didática. O preparo da tropa se dava basicamente pelo modo que os oficiais das unidades decidissem que era o mais adequado sem nenhum tipo de avaliação.

Pela análise feita por Rodrigues, F., D., S., (2011) do primeiro Editorial da Revista, datada de 10 de outubro de 1913, junta-se um boa percepção sobre os ideais que motivaram a criação da Revista e alguns objetivos que ela atingiu e outros que não

atingiu. Pelo seu título, nota-se que seus autores desejavam passar a imagem de partícipes da construção de um processo de fortalecimento da nação, através de debates oportunos sobre o valor da Instituição Exército Brasileiro e sobre defesa do território. Os autores se subordinam à Pátria e reconhecem seu lugar como colaboradores com a estabilidade nacional através de seus postos.

No prosseguimento do Editorial, é ressaltada a situação mundial de dominância e de dominados dos países pobres e dos ricos. Situação essa que seria fundamental para o não aprimoramento adequado das Forças Armadas do Brasil. É alegado que no meio ao caos e tantos problemas sociais que países subdesenvolvidos enfrentam, deveria ser através de seus Exércitos a responsabilidade por transformações sociais e políticas. Criticam abertamente regimes liberais que condenavam a participação das Forças Armadas na evolução dos povos:

“...é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grao já elevado de civilização ellas conseguem emancipar se da tutella da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira função”. (Revista a Defesa Nacional, Nº 1. Editorial, p.1 *apud* Rodrigues, F., D., S., 2011).

2.4 ALGUMAS PERSONALIDADES ENVOLVIDAS NA MISSÃO MILITAR FRANCESA

Este capítulo destina-se a apresentar alguns dos notáveis cidadãos da sociedade civil e militar que contribuíram mais destacadamente para a contratação da MMF e/ou para seu andamento de sucesso no Brasil.

2.4.1 Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 -1942)

Natural de Umbuzeiro, na Paraíba, ficou órfão aos sete anos ao perder seus pais por varíola. Afortunadamente, teve ajuda familiar e graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Foi educado por seu tio, o Barão de Lucena (1835 – 1913) e teve facilidade para entrar na política, ascendendo a vários cargos de forma rápida. Destaca-

se que antes de governar o país, chegou a ser Ministro da Justiça no governo de Campos Sales (1898-1902).

Representou o Brasil na Conferência da Paz, em Paris, 1919. Em seu retorno, recebeu das mãos de Delfim Moreira o cargo de Presidente da República e o exerceu de julho de 1919 a novembro de 1922. Nesse período, exerceu papel político na contratação da MMF (KOIFMAN, 2001).



Figura 2 - Epitácio Pessoa
Fonte: (TJPB, 2016)

2.4.2 Maurice Gustave Gamelin (1872 – 1958)

Foi um chefe militar francês de importância. Iniciou sua carreira na Academia Militar de *Saint-Cyr* em 31 de outubro de 1891. Graduou-se na primeira colocação de sua turma e foi enviado à Tunísia, incorporando a Brigada Topográfica. Gamelin publicou um estudo filosófico sobre a Arte da Guerra, em 1906, e desempenhou a função de adido ao

General Joseph Joffre durante sua liderança da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) (ALEXANDER, MARTIN S, 1991; BOND, 1991).

Em 1911, como Major, foi designado Comandante do 11º Batalhão de Caçadores Alpinos, na cidade de Annency, região de Rhône-Alpes. Integrou novamente o Estado-Maior do General Joffre e participou ativamente do planejamento da vitoriosa Batalha de Marne. Devido ao seu desempenho nos campos de batalha da Alsácia, permaneceu tempo reduzido nos postos de Tenente-Coronel e Coronel, sendo promovido a Brigadeiro-general em dezembro de 1916 e tendo comandado a 11ª Divisão de Infantaria Francesa de abril de 1917 até o final da Guerra (ALEXANDER, M.S., 2003; ALEXANDER, MARTIN S, 1991).

Chefiou a MMF no Brasil de 1919 a 1924, tendo ainda desempenhado o cargo de *Force Commander* da França durante a Segunda Guerra Mundial.



Figura 3 - General Gamelin
Fonte: (GGN, 2015)

2.4.3 Frédéric Mathieu Marie COFFEC. (1865 - 1938).

Foi o segundo chefe da MMF, de 1925 a 1927, em substituição a Gamelin. Foi um chefe militar francês que ascendeu ao posto de General de Divisão e comandou a Legião de Honra Francesa. Era homem de invejável preparo físico e reforçou a importância da prática da Educação Física. Através de relato a Nestor Sezefredo dos Passos (1872 – 1941), Chefe do Estado-Maior do Exército, expressa sua opinião:

A educação física foi particularmente negligenciada. Será bom: ter um capitão especialmente encarregado desta instrução; que os oficiais instrutores tenham seguido o curso de educação física antes de começar a dar instruções; que o médico encarregado de instrução física seja intangível; que seja designado um mestre de armas e de provas de esgrima. (BARSOTTINI; JUNIOR; DOS SANTOS SILVA, 2013)

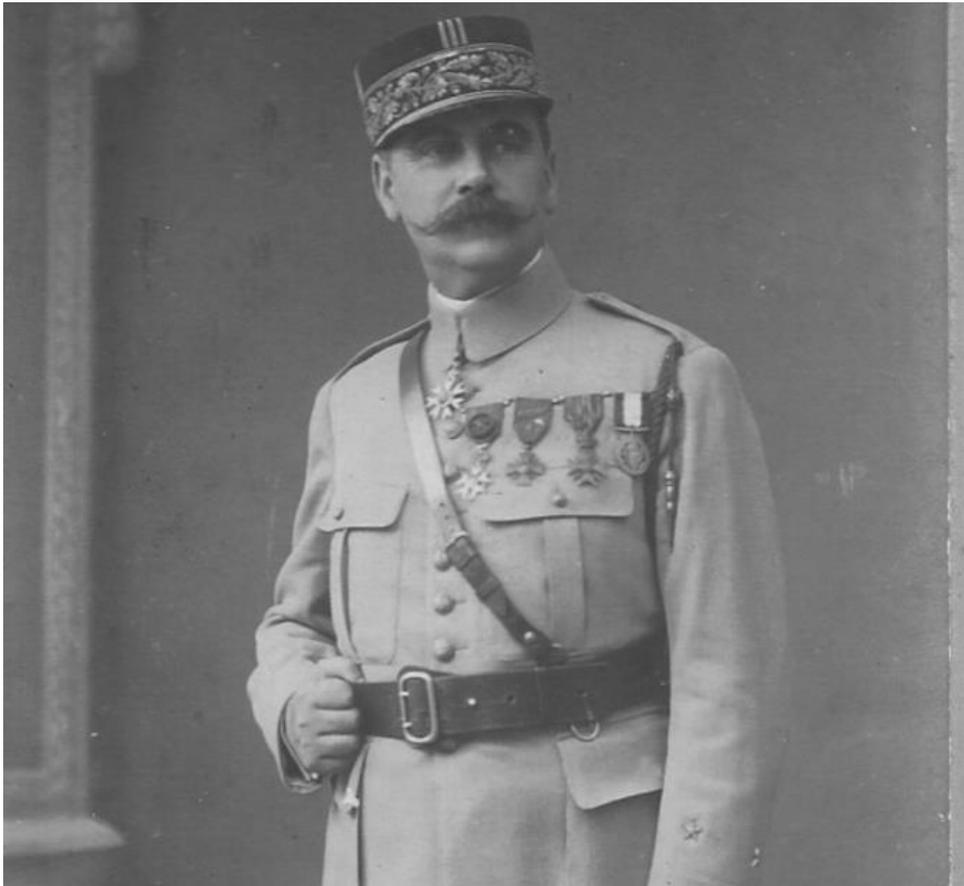


Figura 4 - General Coffec
Fonte: (ETOILES, 2017)

2.4.4 João Pandiá Calógeras (1870 – 1934)

Destacou-se no contexto histórico militar brasileiro, ao tornar-se o único civil a ocupar o cargo de Ministro da Guerra no período republicano, durante o período de 1919-1922, governo do Presidente Epitácio Pessoa. Seus estudos em engenharia foram focados na mineralogia e, na parte política, exerceu diversos cargos. Escreveu a lei que garantia a divisão da propriedade das minas, em solo e subsolo, assegurando a sua desapropriação e o aproveitamento de sua lavra. Futuramente, a lei foi batizada de *Lei Calógeras*. O contrato da MMF foi celebrado durante sua permanência no Ministério da Guerra. (UFCEG, 2014)

O Ministro Calógeras foi sempre alvo de elogios na Câmara dos Deputados. Como síntese de sua postura e seus feitos, destaca-se trecho de um discurso do Deputado Nabuco de Gouvêa (1872 – 1940):

“Sr. Presidente, dentro de dois dias vai deixar o Sr. Calógeras, o exercício da Pasta da Guerra (...). Julgo-me obrigado a fazer algumas considerações sobre o período governamental do grande ministro, no momento em que S. Ex^a deixa definitivamente seu gabinete de trabalho, fonte de onde emanaram as mais fecundas realizações de progresso que conheceu até hoje a administração militar brasileira.

As condições de deficiência que apresentavam as organizações e os serviços de nosso Exército, já exigiam, antes da grande guerra europeia, as mais radicais reformas, em face do que se observa, não só nos exércitos europeus, como nos próprios sul-americanos!

Com o ensinamento e a experiência que a guerra europeia nos proporcionou, transformações muito mais radicais e complexas impunham, tanto quanto à instrução de nossa tropa, como com relação ao material e pessoal afetos às diferentes formações e unidades do Exército Nacional. (FILHO, J. A. B., 1994, p. 113).”

Fundou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), por meio do Decreto apresentado no Anexo 2.



Figura 5 - Ministro Calógeras
Fonte: (BRASILEIRO, 2016)

2.4.5 Alberto Cardoso de Aguiar (1864 – 1935)

Foi um destacado militar desde sua formação. Ao graduar-se Alferes, na Escola Militar da Praia Vermelha, em 19 de janeiro de 1889, formou-se em Engenharia e Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Com atuação constante na política nacional, chegou ao cargo de Ministro da Guerra, em 1919.

Sua assunção no Ministério da Guerra contribuiu para a organização da Artilharia de Campanha, bem como a preparação anterior e desencadeamento operacional da Aviação Militar Brasileira, quando subordinou o Serviço de Aviação Militar ao Estado-Maior do Exército.

A ideia de convidar uma missão francesa foi articulada pelo próprio General Cardoso de Aguiar, quando à frente da pasta ministerial, com oficiais brasileiros que estavam em Paris para as negociações do Tratado de Versalhes (29 de junho de 1919).

O General Cardoso de Aguiar, em seu Relatório do Ministério da Guerra, destaca a necessidade de o Exército adaptar-se às inovações tecnológicas militares e, para isso, deveria sofrer adaptações no seu ensino. Ressaltou que deveriam ser colhidos ensinamentos da cruel guerra de quatro anos, recentemente terminada¹



Figura 6 - Gen Cardoso de Aguiar
Fonte: (TJPB, 2016)

2.5 A MISSÃO MILITAR FRANCESA

A Missão Militar Francesa marcou a história do Exército Brasileiro tanto pelos ensinamentos e adaptações geradas à Força quanto pelo período em que ela ocorreu. Para Neto (2005), todas as etapas da missão, desde as sondagens iniciais, a contratação, as composições de militares, a forma de atuação, entre outros aspectos são importantíssimos ao EB e à Força Aérea Brasileira.

Noi final do século XIX, a influência positivista estava exacerbando o pacifismo brasileiro, até mesmo fazendo alguns militares terem aversão à atividade militar. Foi uma época dura, causticante. Revolução Federalista, Canudos, Contestado e outras lutas que o EB tomou parte apesar do moral diminuído e falta de organização da Força como um todo. Desde essa época, o espírito combativo do brasileiro ficou evidenciado. Neto (2005) destaca que a vinda de uma missão militar estrangeira era imprescindível, uma vez que

¹ Ministério da Guerra, Relatório do Ministro Alberto Cardoso de Aguiar. 03/05/1919.

a qualidade humana era de grande potencial e grande caráter, mas faltava “todo” o restante, desde o nível estratégico do Força até as necessidades corriqueiras da caserna, como um simples uniforme ou equipamento individual.

O Exército estava desorganizado. A MMF colaborou com a reformulação da organização das Grandes Unidades, do ensino, elaborou regras mais cartesianas para as promoções. Influenciou o Estado-Maior do Exército (EME) a expandir horizontes para o cenário político externo e interno. Segundo Noel:

A missão forneceu as bases necessárias à organização do exército, a mobilização do pessoal e do material, estudos úteis sobre as ligações entre o comando e o governo, a criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional, um Conselho Superior de Guerra, a mobilização econômica e industrial (NOEL, 1935, *apud* BELLINTANI, A. L., p. 2, 2016).

Fator decisivo que auxiliou a tomada de decisão do Gen Cardoso de Aguiar foram os relatórios recebidos do Adido Militar Brasileiro na França, o Major Alfredo Malan D’Angrone. O Adido foi também responsável por organizar a visita do Marechal Hermes da Fonseca aos campos de batalha.

2.5.1 A escolha da França em detrimento da Alemanha

No final da década de 10, do século XX, já estava bem aceito na esfera política do Alto Comando do Exército que haveria a contratação de uma missão militar estrangeira. Não haveria outro modo de reestruturar o Exército Brasileiro (FILHO, A. P., 2005). Segundo Rodrigues, F. (2010), os ex-estagiários do Exército Alemão, no ano de 2017, estavam ocupando o posto de Coronel e iniciaram tratativas internas para decidirem qual seria a missão que deveria vir. Obviamente, eles pendenciavam para a Alemanha, devido aos fortes laços por lá estabelecidos quando de seus estágios, antes da Primeira Guerra.

A missão que viesse deveria apresentar soluções para problemas de instrução e ensino. Havia uma corrente de militares adversos à contratação de estrangeiros, sob a bandeira da possível perda de brio e patriotismo do EB, entretanto, segundo o Relatório de Trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1917, havia sido grande o sucesso desse

tipo de missão em países vizinhos, como Argentina, Chile e Peru. Essas missões atuaram até mesmo nos Altos Estudos Militares (RODRIGUES, F., 2010)

A consagração francesa ao final do término da Primeira Guerra Mundial colaborou fortemente para a decisão de ser a França que influenciaria o Brasil nos próximos anos. Entendeu-se que seu modelo doutrinário estava consolidado nos campos de batalha (DE ARAUJO, 2009).

Um ponto muito relevante para a opção da contratação da MMF foi, de acordo com Rodrigues, F. (2010), a ida do Marechal Hermes da Fonseca aos campos de Guerra da França, em outubro de 1916. Ele foi tratado com todas as pompas possíveis, devido às manobras políticas realizadas pelo Adido Militar naquele país, Major Alfredo Malan d'Angrogne (investido do cargo em abril de 1916).

Outro fato que se destaca neste panorama foi o envio de uma missão militar para a França, chefiada pelo General-de-Brigada Napoleão Fellipe Aché, visando a investigar avanços tecnológicos relativos a armamento. A missão foi composta por 26 militares e está descrita funcionalmente no quadro 2.

Subcomissões	Militar
Subchefe da Comissão	Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro
Secretário	2º Tenente Infantaria Octávio Monteiro Ache
Serviço de Estado-Maior	Major João Batista de Oliveira Brandão Júnior
	1º Tenente Álvaro Áreas
Serviço de Administração	1º Tenente José Nery Eubanck da Câmara

Serviço de Veterinária	Major Médico Joaquim Moreira Sampaio
Aviação	1º Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima
	1º Tenente Mário Barbedo
	2º Tenente Bento Ribeiro Carneiro Monteiro
Artilharia	1º Tenente Demócrito Barbosa
	1º Tenente Sebastião do Rego Barros
	2º Tenente Carlos de Andrade Neves
Cavalaria	Major Firmino Antonio Borba
	1º Tenente Izauro Reguera
	1º Tenente José Pessoa Cavalcante de Albuquerque
	1º Tenente Christóvão de Castro Barcellos
Corpo de Saúde	Major Rodrigo de Araújo Aragão Bocão
	Capitão Cleómenes Lopes de Siqueira Filho
	Capitão João Affonso de Souza Ferreira
	Capitão Alarico Damázio
	Capitão João Florentino Moreira
	Capitão Manoel Esteves de Assis

Quadro 2 - Composição de Missão Militar enviada à França
Fonte:(RODRIGUES, F., 2010)

Ainda corroborando com as ideias apresentadas nesse subitem dessa dissertação, a figura 7 nos mostra tratativas por parte da França em doar material de artilharia para o Brasil.

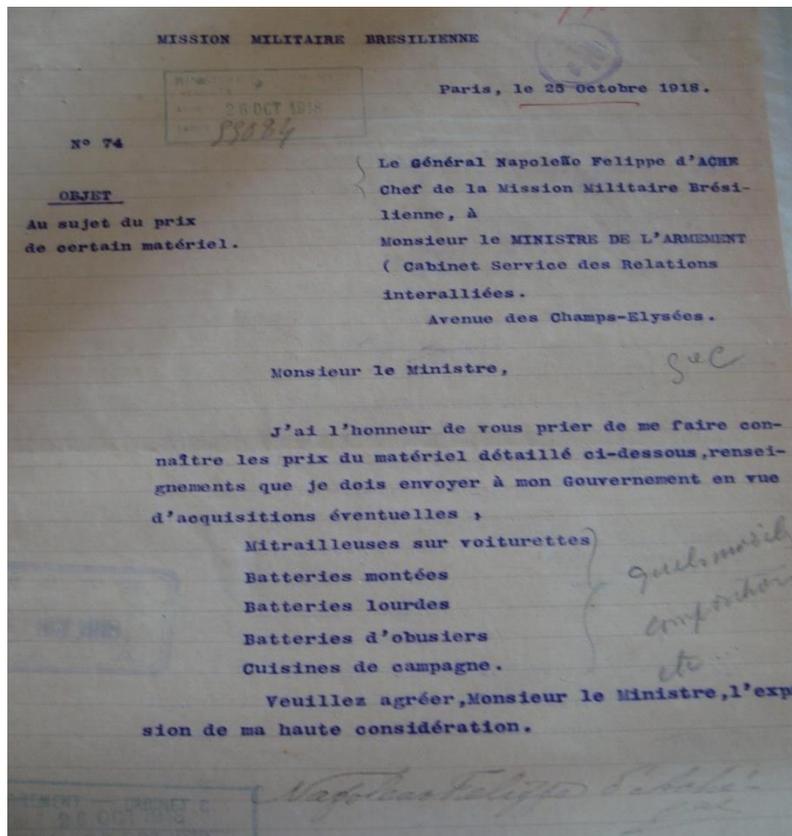


Figura 7 - Doação de Material de Artilharia
 Fonte: (LEMOS, 1910)

Durante o desenrolar das Operações da Primeira Guerra, a Alemanha decidiu pela destruição de qualquer meio naval que adentrassem a suas zonas de bloqueio. Tal ação estratégica alemã resultou na submersão do navio Paraná em 05 de abril de 1917 e, por conseguinte, na ruptura das ligações diplomáticas entre Brasil e Alemanha em 11 de abril do mesmo ano (DA SILVA, 2014).

Pelo que foi exposto, percebe-se alguns dos principais motivos da vitória francesa nessa disputa contra os germânicos. Então, entre 1918 e 1919 acordos sobre os aspectos jurídicos da contratação foram debatidos e a missão foi contratada em 08 de setembro de 1919, em Paris (MIALHE, 2011). O Contrato da Missão Militar Francesa é apresentado em algumas fontes de consulta, dentre as quais se destacam o livro do Coronel Jayme de Araújo Bastos Filho e o artigo do Professor Doutor Jorge Luís Mialhe. Apresenta-se tal documento, no anexo 1.

Destaca-se que a primeira missão de instrução francesa no Brasil foi contratada pelo governo do estado de São Paulo, para preparar a Força Pública. Ela exerceu atividades entre 1906 e 1914, quando teve que retrair à Europa em virtude da eclosão da Primeira Guerra Mundial (BARSOTTINI et al., 2013).

Seu primeiro chefe foi o Coronel Paul Balagny, que ministrou curso de armeiros e incutiu a mentalidade de se formar, primeiramente, pequenos grupos, como uma seção e, posteriormente, um pelotão, companhia ou Batalhão. A figura 8 traz a capa do contrato da Missão Militar Francesa junto ao Estado de São Paulo e, na sequência, a figura 9 apresenta a designação do Coronel Paul Balagny para ser seu primeiro chefe.

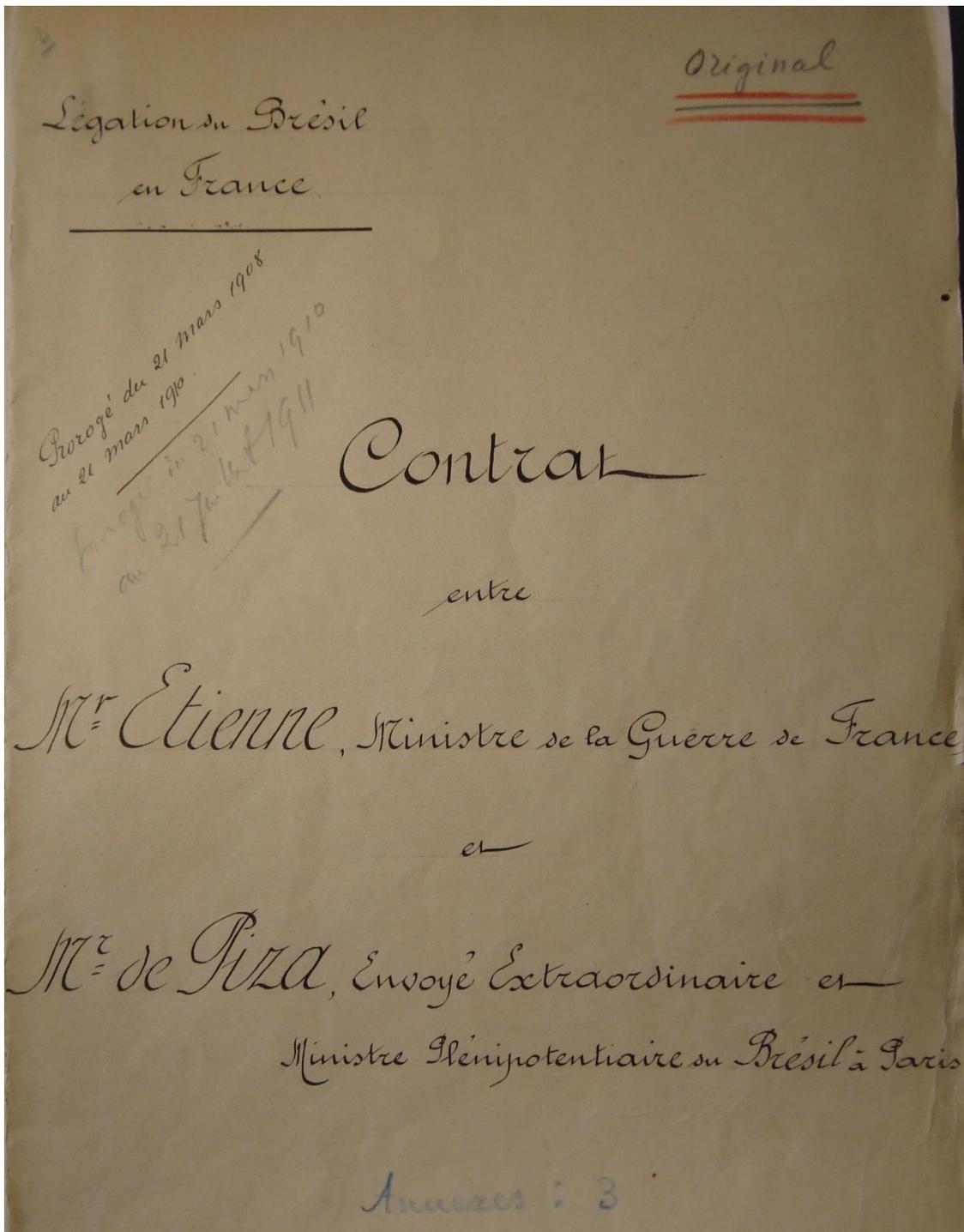


Figura 8 - Contrato da MMF junto ao Estado de São Paulo
Fonte: (LEMOS, 1910)

Dans la demande de prolongation il indiquera la durée de la nouvelle période et il désignera les membres de la mission qu'il désire conserver et qui de leur côté s'engagent à rester à St-Paul.

ARTICLE IV.

La mission aura la composition suivante:

Chef de la Mission: M. BALAGNY, Chef de Bataillon breveté
au 103^e Régiment d'Infanterie,
Membres: M. NÉGREL, Lieutenant au
24^e Régiment d'Infanterie,
Sergent DE LA BROUSSE, du
103^e Régiment d'Infanterie.

ARTICLE V.

Le Chef de la Mission dépendra uniquement du Président de l'Etat de St-Paul et du Secrétaire de l'Intérieur du même Etat.

Il sera appelé à émettre son avis sur toutes les questions intéressant l'organisation, l'administration, l'instruction militaire et l'armement de la force armée de l'Etat de St-Paul.

ARTICLE VI.

Le Chef de la Mission sera traité comme un Colonel de l'Armée Fédérale brésilienne, et jouira des avantages du

poste de.....

Figura 9 - Designação do Cel Paul Balagny
Fonte: (LEMOS, 1910)

2.5.2 Documentações Estrangeiras Relevantes

O presente subitem traz a essa dissertação alguns exemplos de documentações e relatórios enviados à França por alguns dos Chefes da MMF.

No flagrante abaixo, a figura 10, o encarregado de Relações Exteriores no Brasil informa seu Ministro das Relações Exteriores, Stephen Pichon (1857 – 1933), das relevantes estratégias políticas arquitetadas por “Ruy Barbosa”, segundo o documento francês. Trata-se de Ruy Caetano Barbosa de Oliveira (1849 -1923) , importante político à época, que chegou a concorrer em eleições presidenciais contra Hermes Rodrigues da Fonseca (1855 – 1923), na disputa pelo mandato de 1910-1914.

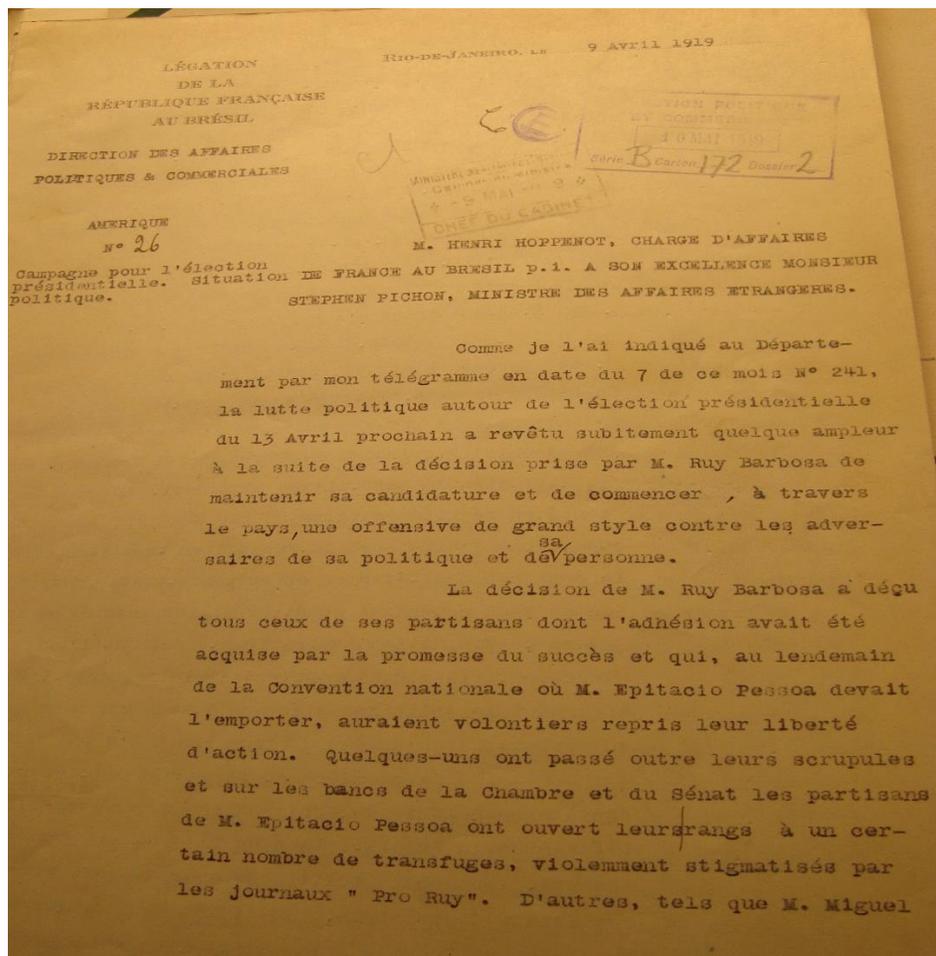


Figura 10 - Informes à França, sobre a política do Brasil
Fonte: (LEMONS, 1919)

Por meio de telegrama ao governo francês, em 10 de fevereiro de 1921, integrantes da MMF informam sobre atentado anarquista, após o feriado de carnaval. Em tal ato os manifestantes queriam a expulsão de estrangeiros do país. Aqui, destacamos tal telegrama na figura 11

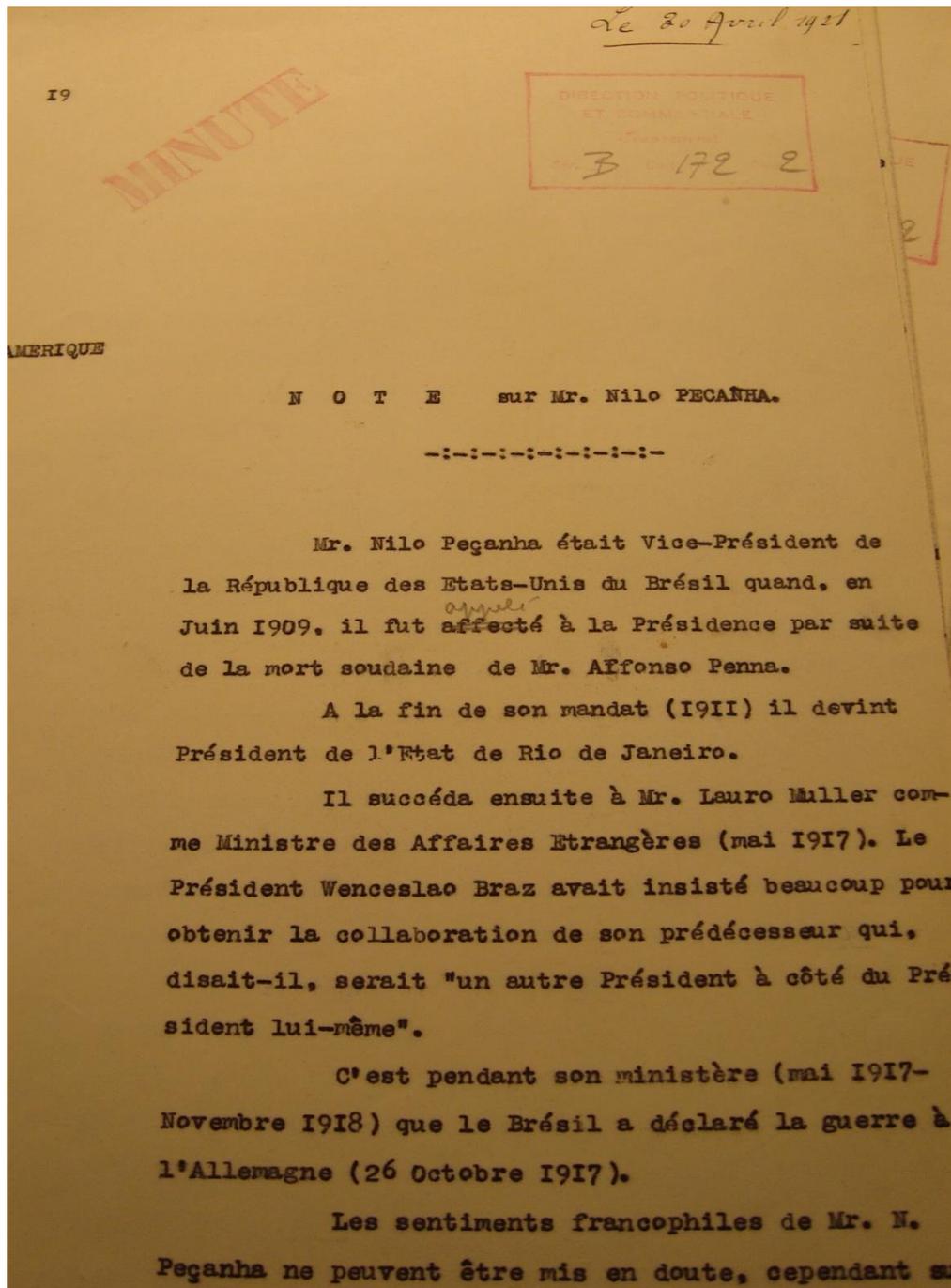


Figura 11 – Telegrama
Fonte: (LEMONS, 1921)

Em mais um relatório flagrante, por meio do qual, o General Frédéric Mathieu Coffec (1865 – 1938), segundo chefe da MMF, informa o Ministro da Guerra passagens políticas vividas no Brasil. O trecho abaixo é de 12 de março de 1926.

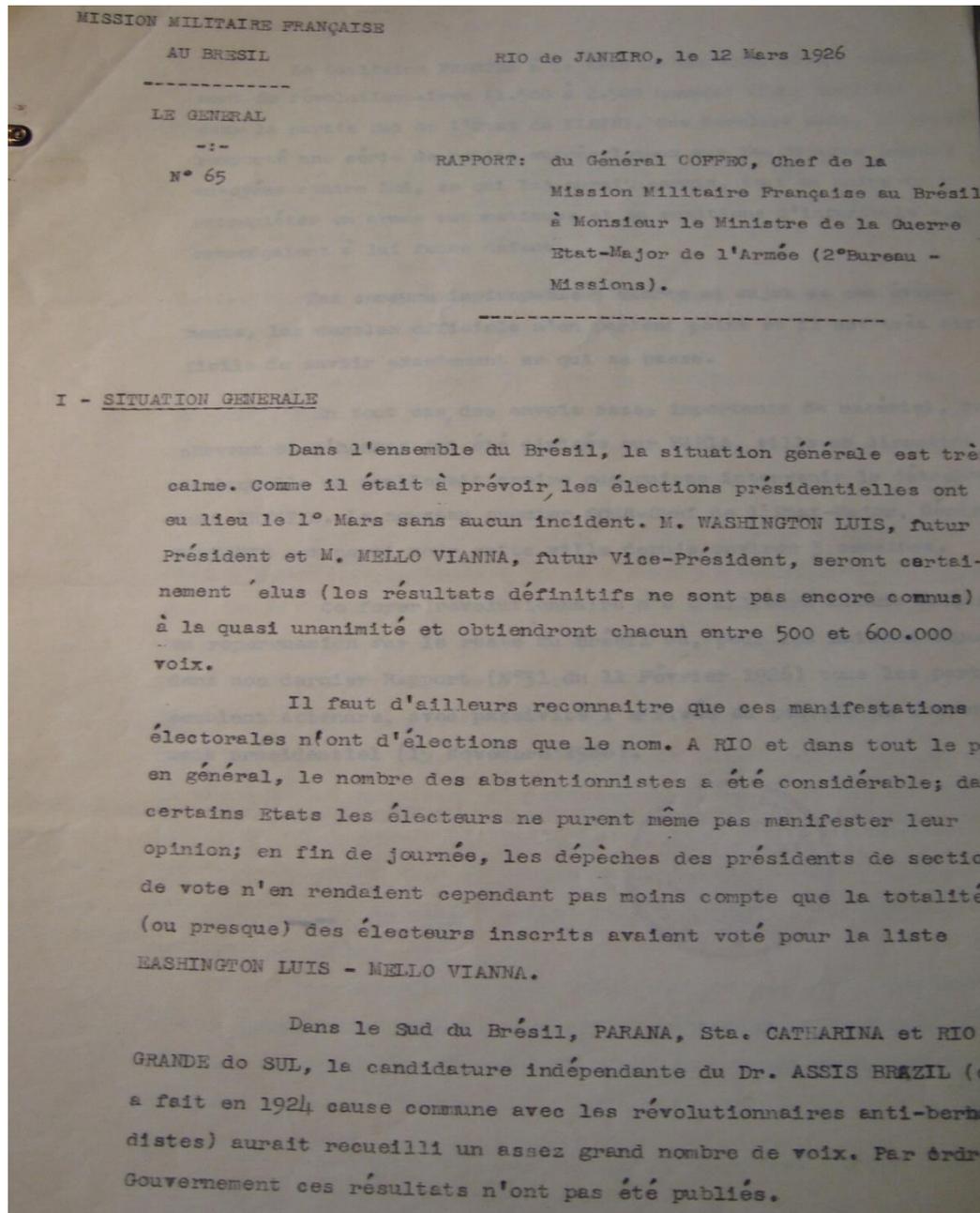


Figura 12 - RELatório expedido pelo Gen Coffec
Fonte: (LEMOS, 1926)

Ainda expedido pelo Gen Coffec, nota-se na figura 13, um relatório de 05 de janeiro de 1926 que comenta a péssima seleção dos recrutas do Exército Brasileiro e ressalta a necessidade de melhoria da instrução na Escola de Aperfeiçoamento.

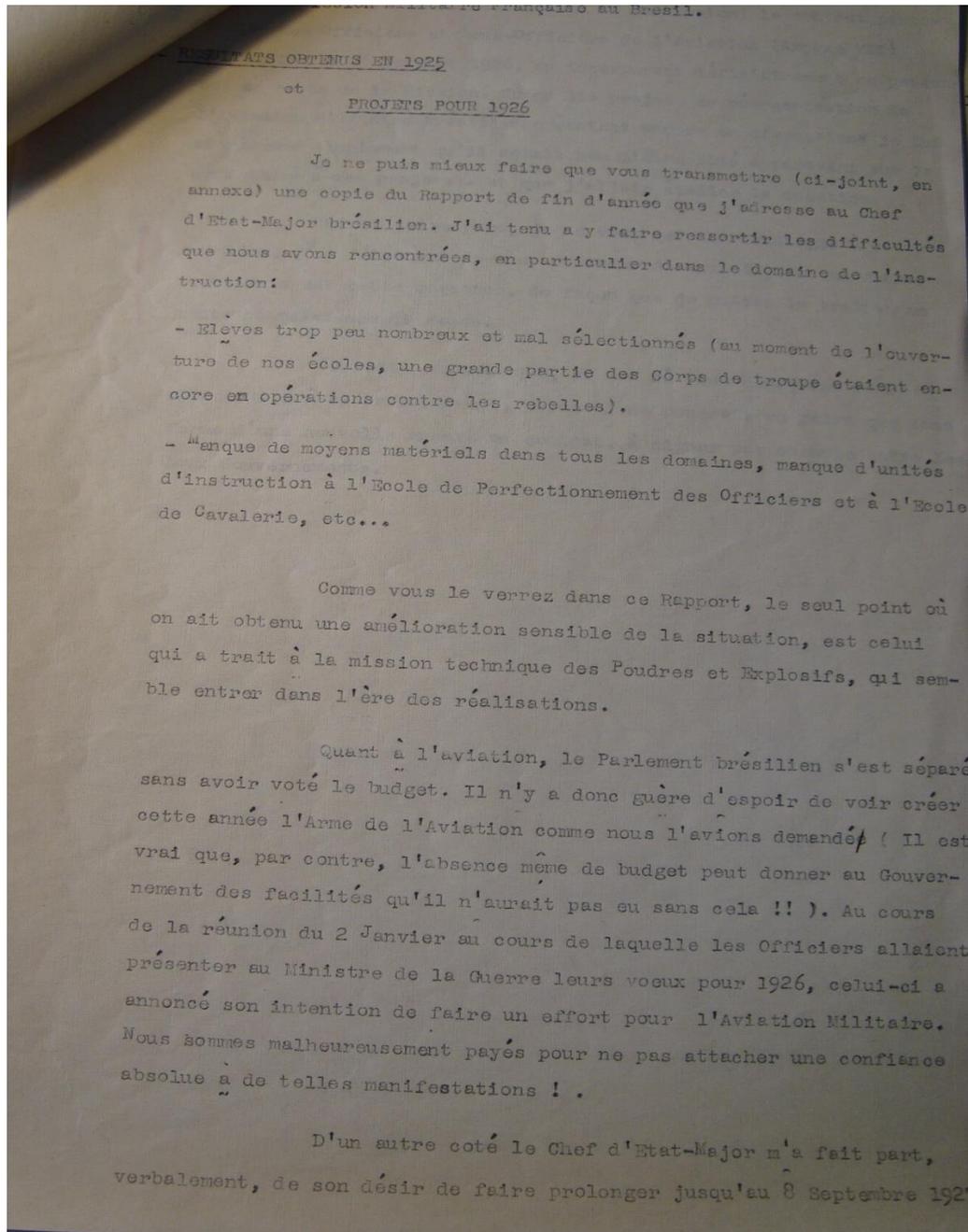


Figura 13 - Relatório do Gen Coffec
Fonte: (LEMONS, 1926)

Num próximo relatório, de 09 de dezembro de 1926, o chefe da MMF, em vigência, informa a necessidade de se renovar o contrato da MMF que estaria por expirar. O Gen Coffec, entretanto, sugere seu prolongamento dentre outros motivos pelo fato de os franceses não terem tido ainda tempo para expandirem seus conhecimentos para os corpos de tropa. Na figura 14, o relato.

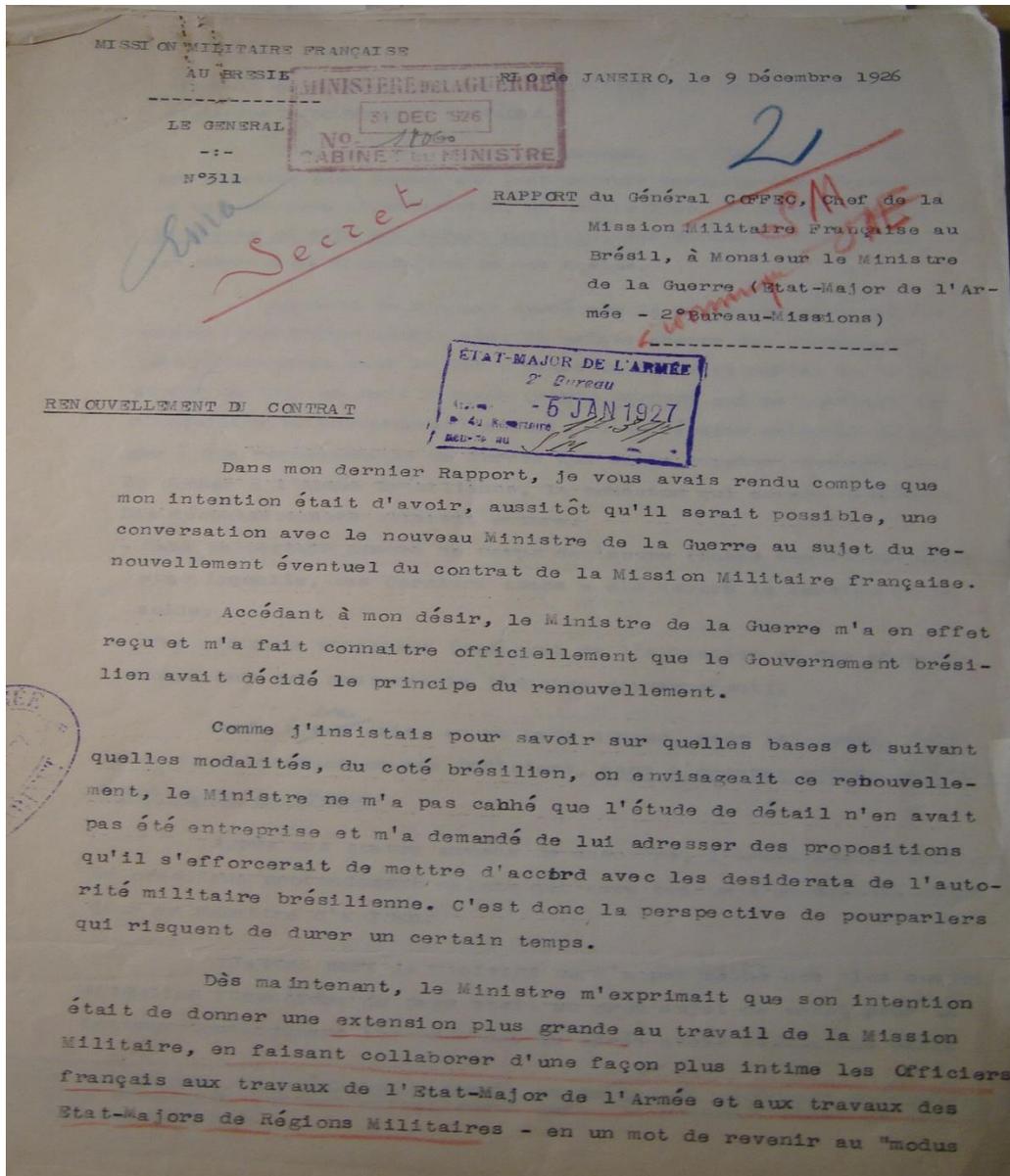


Figura 14 - Gen Coffec sugere renovação do Contrato.
Fonte: (LEMONS, 1926)

Pode-se notar que os relatórios eram confeccionados com esmero, ao ponto de detalhar quais deveriam ser as características pessoais dos substitutos de certos militares que desempenhavam funções-chaves na MMF. No documento abaixo, figura 15, percebe-se alguns desses detalhamentos.

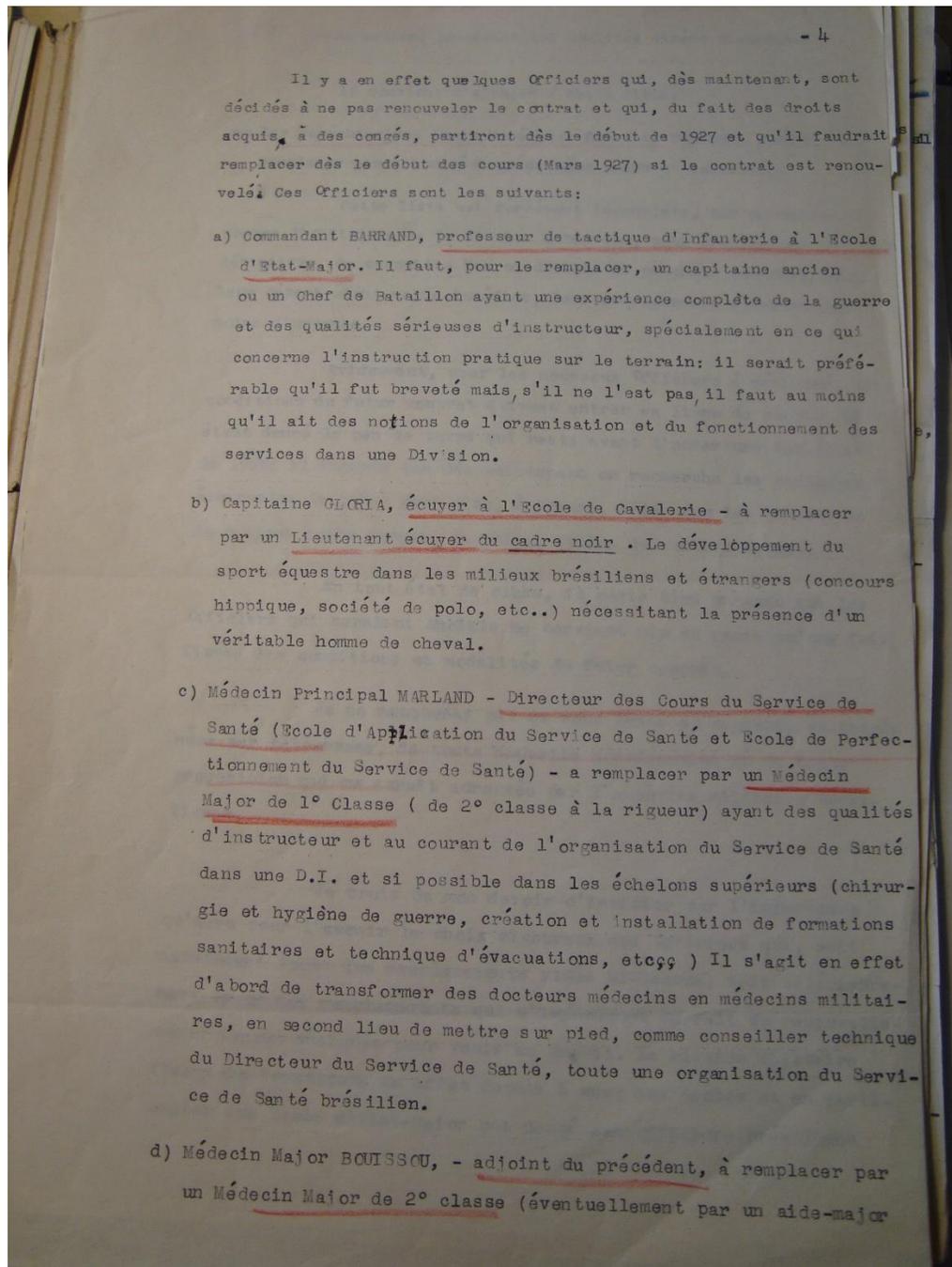


Figura 15 - Relatório do Gen Coffec
Fonte: (LEMOS, 1926)

De início, a MMF teve relevantes influências no EB. Apesar das dificuldades normais atinentes a qualquer processo, Gamelin conseguiu fazer seu trabalho e, segundo De Carvalho (2005), após sua chefia, tivemos uma das principais contribuições, a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN):

De início excluída da Escola Militar, ela se encarregou de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o de Estado-Maior e o de Revisão de Estado-Maior, este último para capitães, majores e coronéis que já tivessem feito o curso. Sob sua influência, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade. Foi na formação de bons oficiais de Estado-Maior que a missão exerceu seu maior impacto. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século XIX, não exercera sua verdadeira função de formulador da política de defesa nacional (...). A nova visão de defesa nacional de que fazia parte a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos só começara a circular no Brasil após a volta dos Jovens Turcos. Foi a Missão Francesa que tornou possível o início da implementação da nova doutrina graças à formatação de oficiais de Estado-Maior e de reestruturação do órgão. Foram duas as consequências principais. Para a organização militar, a reformulação do Estado-Maior significou maior centralização e coesão. AS atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores por um órgão de cúpula. Já em 1920, surgiram o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento Interno para Instrução e Serviços Gerais (RISG). O maior controle interno reduziu a probabilidade de quebras de hierarquia pela ação de escalões inferiores, como o tenentismo, reforçando o poder político da organização. A mudança permitiu ainda uma extraordinária expansão de noção de escopo do papel do Exército. A nova concepção de defesa abrangia todas as dimensões da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da missão, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos (DE CARVALHO, 2005, p,28-29) .

Nelson Werneck Sodré afirma a expressiva mudança de senso de disciplina inculcada no EB. Em todos os círculos hierárquicos foi notória a busca pelo aprimoramento desse valor moral. A pronta obediência às ordens de superiores eram tratadas com energia e empenho. Segue-se uma passagem de uma ocorrência de insubmissão:

Um oficial, que se afoitou a solicitar a atenção de determinada figura de prestígio para a necessidade de levar os oficiais para os corpos da tropa do interior, reduzidos, em regra, a uns poucos, e para a necessidade de exigência de arregimentação em caso de promoção, foi submetido a rigoroso inquérito, de que resultou prisão de 30 dias para ele, e para outros que com ele se solidarizaram. Era a mentalidade do tempo. A chegada em 1918, dos primeiros elementos da Missão Militar Francesa começa a trazer alterações nessa mentalidade (SODRÉ, 2010, P, 254-255)

2.5.4 A Criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

A EsAO ministrava curso para oficiais superiores, muitos anos depois de o oficial ter concluído a sua formação inicial. A MMF, prontamente, identificou esse hiato e reformulou o currículo da Escola para que passasse a oferecer curso para tenentes e capitães das armas. Inicialmente, a Escola teve sede no extinto 1º Regimento de Artilharia Montada hoje o 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado, na Vila Militar do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, a EsAO foi transferida para onde está até o momento atual (BELLINTANI, A. I., 2009).

Por esse ato, pretendiam superar o velho modelo de um ensino muito mais teórico em detrimento da prática, tão elementar ao adestramento de uma Força Armada (MOTTA, 2001). A concepção de objetivo inicial do curso foi: complementar a instrução técnica visando a proporcionar a base para os oficiais comandarem subunidades (companhia, esquadrão ou bateria) e preparar para ascenderem até o cargo de comandantes de unidade.

De acordo com Bianco (2010), o ensino passou a primar pela resolução de temas táticos, afastando de vez a ideia do oficial apegado ao livro, único e exclusivamente. Para o autor, esse ensino ainda nos dias de hoje, norteia o ensino militar. Em 1920, na aula inaugural do funcionamento sob a égide a MMF, a Escola contou com participação de trinta e seis alunos de infantaria, vinte e oito de artilharia, vinte de cavalaria e sete da arma de engenharia. Uma valorosa comprovação do incremento do ensino prático é a

cópia de um Boletim Interno da EsAO, datado de 17 de novembro de 1920, onde se registrou o término de uma Manobra de Quadros. No documento apresentado, na figura 16, não faltam elogios à MMF e ao seu primeiro Chefe, o Gen Gamelin.

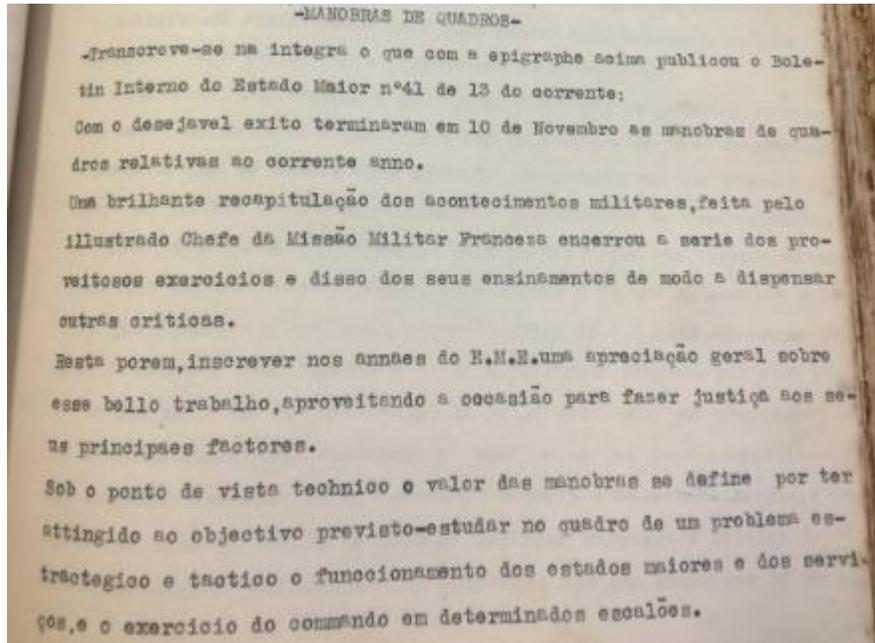


Figura 16 - Bol Interno de 17 de nov de 1920. Relato de Manobra de Quadros
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO

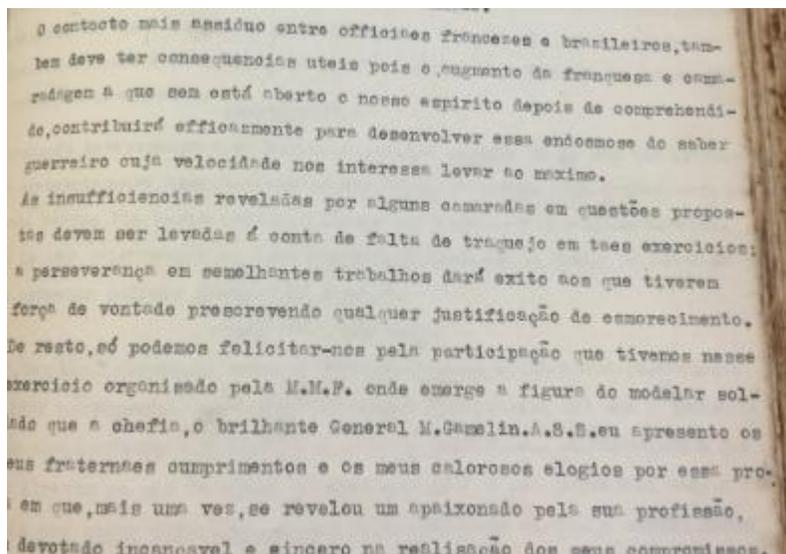


Figura 17 - Bol Interno de 17 de nov de 1920. Elogios ao Gen Gamelin
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO

Em 1928, os instrutores franceses consideram que a Escola apresentou melhora significativa, mas ainda muito abaixo do esperado. O mau desempenho é resultado de diversos fatores como os oficiais não atingirem 50% de aproveitamento, faltarem aulas e serem pouco perseverantes, segundo Bellintani, A., I. (2009). Para dirimir essa situação, o curso sofre a seguinte alteração: após dois meses e meio de curso, os oficiais alunos eram submetidos a duas provas, uma de técnica de armas e outra de topografia; a não obtenção de média superior à metade e mais de 40% de acerto em ambas as provas, acarretaria o retorno do oficial à sua antiga unidade de origem.

Ainda em decorrência das necessidades de enrijecimento da cobrança, a EsAO passa a ministrar uma gama maior de disciplinas: história, tática, ligação e comunicação, geografia, armamento e material, topografia, higiene militar e serviço de saúde. Toda essa gama de matérias tinha um dos principais objetivos de formar o líder de frações operacionais. O quadro 3 nos mostra o número de oficiais que concluíram a EsAO, durante o período da MMF.

ANO	CURSOS				ALUNOS CONCLUIDENTES
	INF	CAV	ART	ENG	
1920	37	20	28	7	92
1921	50	31	27	7	115
1922	29	15	16	6	66
1923	32	18	23	5	78
1924	27	11	15	5	58
1925	18	8	19	8	53
1926	32	11	23	8	74
1927	42	0	27	6	75
1928	49	0	22	6	77
1929	35	0	20	14	69
1930	45	0	35	14	94
1931	39	0	9	7	55
1932	20	0	10	6	36
1933	35	13	0	8	56
1934	45	18	32	17	112
1935	74	29	37	32	172
1936	35	19	24	11	89
1937	0	0	0	0	0
1938	45	24	38	15	122
1939	46	30	37	11	124

1940	75	33	38	10	156
1941	75	29	34	16	154
TOTAL DE ALUNOS APERFEIÇADOS					1927

Quadro 3 - Efetivo de oficiais concludentes da EsAO durante o período da MMF
Fonte (SOUZA; LIMA, 2014)

2.5.3 O Cartesianismo

O método cartesiano foi um notável ensinamento deixado pelos franceses. Seguiu os passos metódicos de: raciocínio, comando, ensino e execução. René Descartes (1596 - 1650) desenvolveu esse método que consistia em revestir de explicações racionais quaisquer eventos físicos, comprovados pela metafísica. Descartes dizia, ainda, que a razão é a mesma nos homens, a sua diferença estava em como aplicar essa razão. À medida que o homem avança em experiências terá maior autonomia para aplicar a razão, caso seja um homem bom (DESCARTES, 1979).

Os franceses seguiam o cartesianismo ensinado por Descartes na instrução militar. Valorizavam as manobras, pois consideravam, dessa forma, que poderiam verificar o quanto os seus alunos tinham entendido de suas explicações. Seguiam o método cartesiano de um ponto mais simples para mais complexos do ensino tático (BELLINTANI, A. I., 2009).

De forma simples e concatenada, o que os franceses queriam inculcar era a ideia de método, planejamento faseado e, conseqüentemente, de hierarquia. Para Matos:

A obra realizada foi sólida, ensinou-nos um método de raciocínio cartesiano que facultava o estudo dos problemas táticos ou estratégicos sob os mesmos ângulos, permitindo assim que sejam dadas, aos mesmos, soluções semelhantes por elementos diferentes; ensinou-nos a ler, entender, interpretar ensinamentos militares expostos nos livros dos mestres e dosá-los de acordo com o escalão considerado; proporcionou grande impulso à bibliografia militar brasileira, difundindo uma doutrina de guerra em publicações que incluíam história, geografia, (...). A meu ver o ensinamento vital da missão, por ser o mais duradouro, foi o método de raciocínio. (MATOS, 1968; *apud* Bellintani, 2009, p. 305)

Para Bellintani, A., I.:

O cartesianismo, tal como é praticado pelos ensinamentos da MMF, só aceita como verdadeiro aquilo que for comprovado, ou seja, o que tiver fundamento científico. Para atingir a verdade dos fatos, o pensamento deve estar ordenado, identificando o problema e as possíveis soluções. Gamelin o chamava de *método do caso concreto*, por via do qual se aprende a fazer a guerra. O aluno é obrigado a raciocinar para aprender, tendo que encontrar um fundamento e uma função prática no ensino teórico. Toda teoria destina-se à aplicação real; é o caso concreto que visa a desenvolver a mentalidade tática e a ação militar. Bellintani, A., I. (2009), p.306:

2.5.4 Boletins Internos da EsAO Relevantes

A presente subseção apresentará alguns Boletins Internos da EsAO, que de forma, direta ou indireta, contribuíram com o presente trabalho com exemplos de como a MMF influenciou a EsAO e o Exército.

O Boletim Interno de 06 de Julho de 1920 traz a ordem do Ministro para a reserva de recurso específico para a forragem e curativos do cavalo do Gen Gamelin. Nota-se tamanha importância e estima que o EB dispensava ao chefe da MMF. Apesar de ser uma prática normal, até hoje em dia, a prática da equitação. O fato de ser publicado em Boletim Interno tal informação, pode reforçar a ideia de informar os oficiais e praças integrantes da EsAO à época o quão importante era a MMF. Vide figura 18

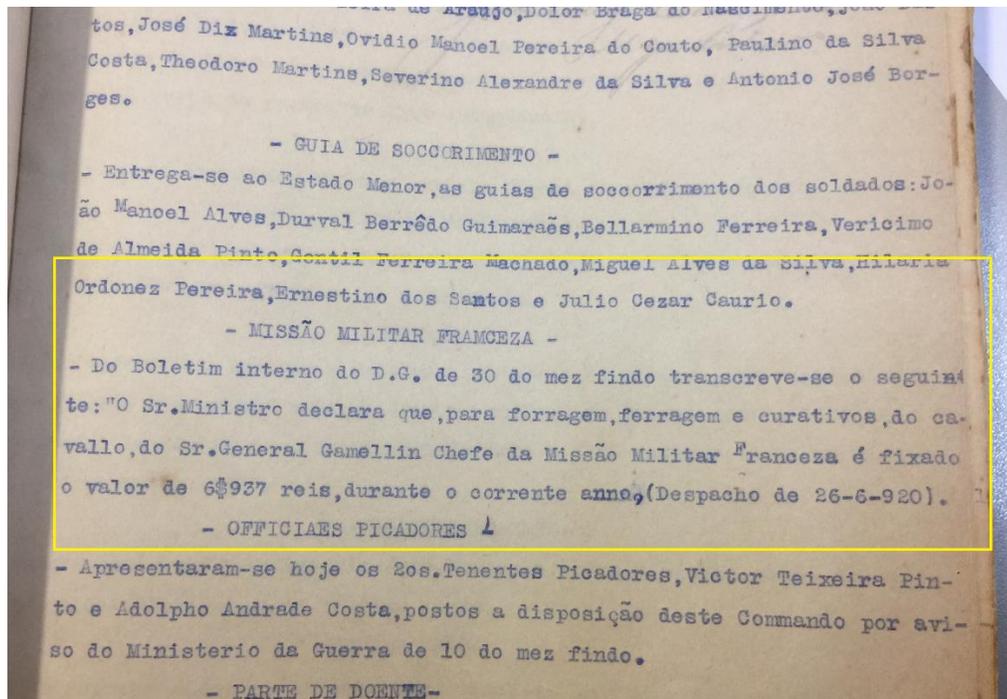


Figura 18 - Reserva de recurso específico para a forragem do cavalo do Gen Gamelin
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

O Boletim Interno de 24 de junho de 1920 designa o anspeçada² Carlos Leite de Castro como ordenança do Gen Gamelin. Mais uma demonstração de respeito ao chefe da MMF.
Vide figura 19:

² Termo usado para designar a graduação de Cabo à época.

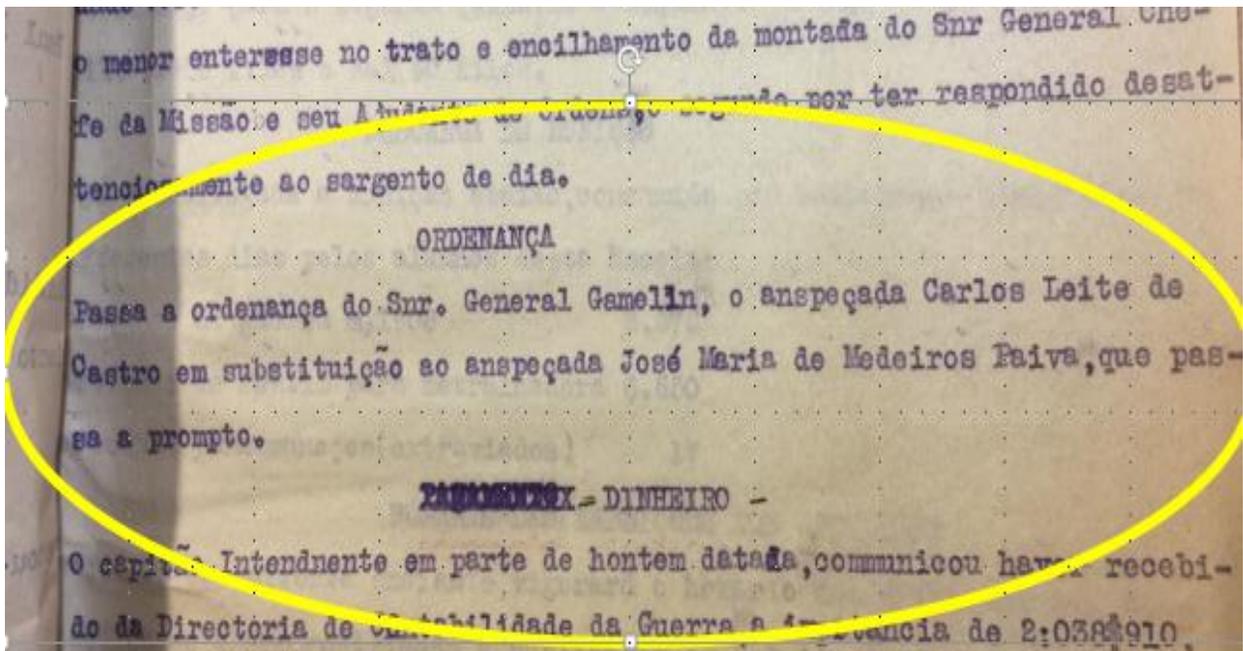


Figura 19 - Designação de Ordenança

Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

Por intermédio do Boletim Interno de 06 de julho de 1920, o Sr. Marechal Chefe do Estado-Maior do Exército autoriza a EsAO a se utilizar dos serviços dos veterinários da MMF, com o consentimento do Chefe da MMF. Observa-se, então, mais uma fonte de angariar novos ensinamentos dos europeus.

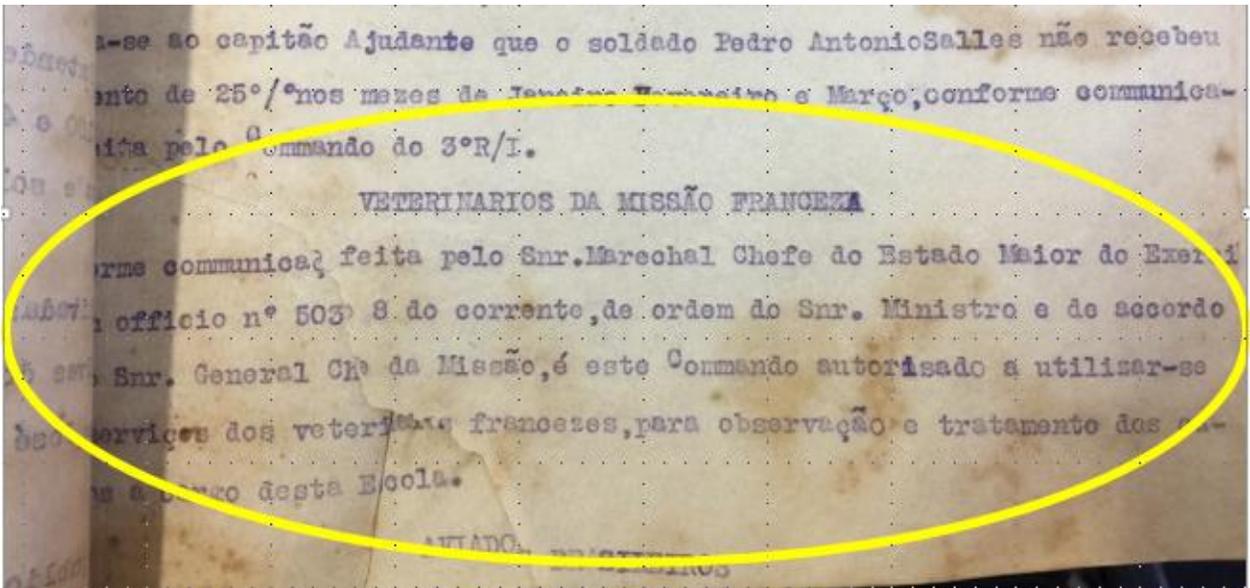


Figura 20 - Autorização para uso dos veterinários franceses integrantes da MMF
 Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

Dentro da maior profissionalização do ensino militar, a qualidade dos instrutores deveria passar por processo seletivo. Dessa maneira, observa-se na MMF a ideia que bons instrutores acarretariam em bons oficiais nos corpos de tropa. Percebe-se registro de concurso para o cargo de instrutor de Infantaria, no Boletim interno de 19 de abril de 1920 (figura 21).

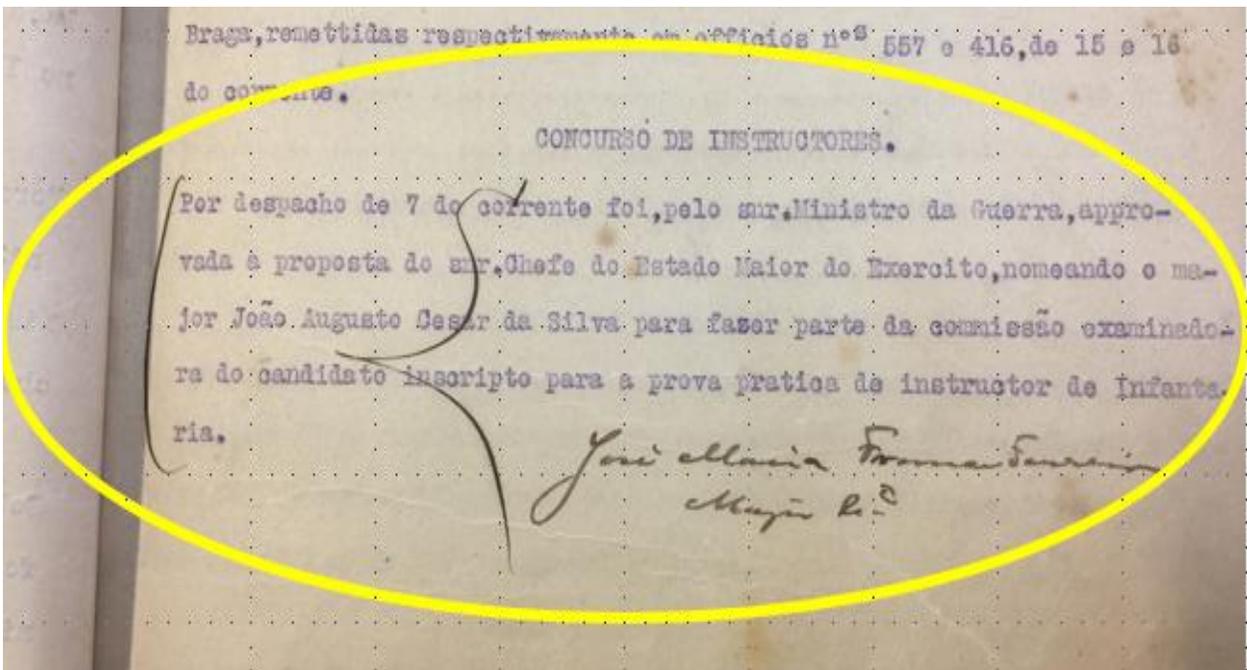


Figura 21 - Concurso para Instrutores de Infantaria
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

A fim de aumentar o nível de cobrança quanto à assiduidade dos alunos, já que como visto anteriormente nessa dissertação, a não presença a aula era um defeito constantemente presente nas atividades da EsAO. OS alunos passaram a ser obrigados a registrarem seus nomes em um livro de instrução de Armas (figura 22)

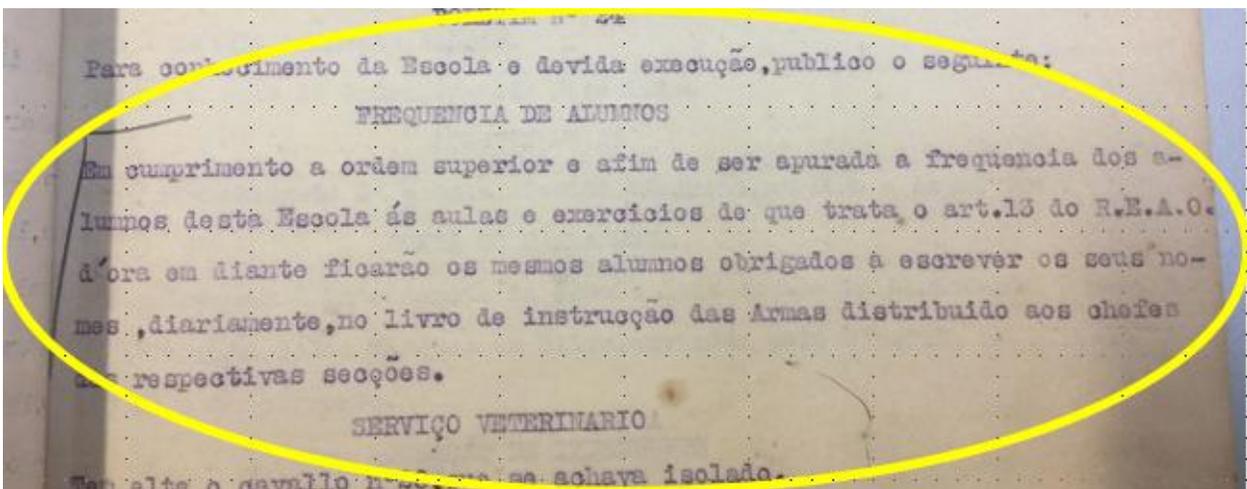


Figura 22 - Registro diário de frequência
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

Na leitura do boletim interno de 14 de fevereiro de 1921, a presente dissertação atesta para um fato que, ainda hoje permeia nossa Instituição e nosso país, a carência de recursos. Observa-se na figura 23, a necessidade de o aluno ressarcir valor por carta topográfica a ser utilizada em instrução.

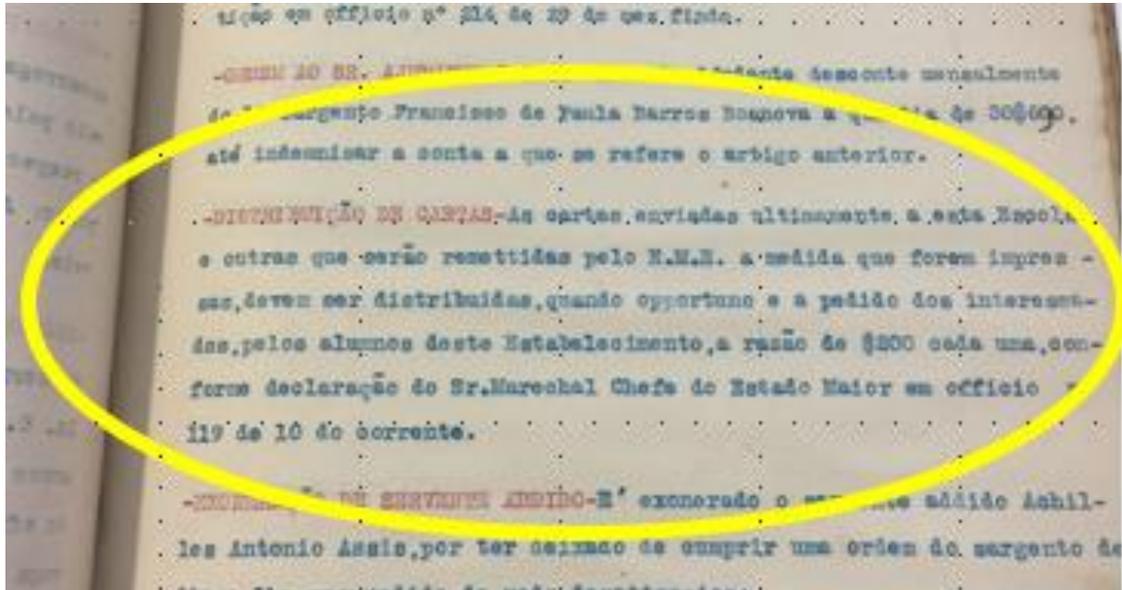


Figura 23 - Ressarcimento monetário por carta topográfica
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

Ao final de um ano letivo, fazia-se questão de registrar o encerramento do curso, como se lê no Boletim Interno de 31 de dezembro de 1920 (figura 24)

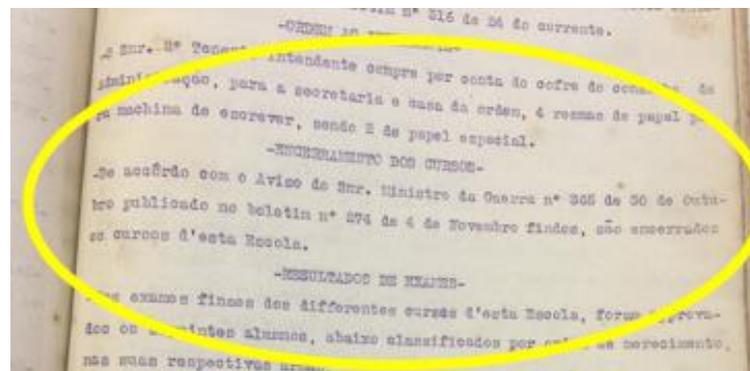


Figura 24 - Encerramento de ano letivo.
Fonte: Boletins Internos do Acervo Histórico da EsAO.

2.5.5 Forma de Avaliação na EsAO após a chegada da MMF

Segue-se nessa subseção uma apresentação sobre como a MMF conduzia a avaliação final do ano letivo, denominado Exames Finais. O relato consta do Boletim Interno de 28 de novembro de 1920. Inicia por generalidades

- I – Os Oficiais Alunos serão classificados por Armas nas condições estabelecidas no capítulo III das Bases do Programa Geral de Instrução (R.E.A.O. pág. 38).

- II – A classificação de cada Arma será estabelecida tomando a média aritmética do grau do exame e da conta do ano, esta última tendo por coeficiente 2.

O grau do exame será a média aritmética de todos os graus obtidos nas diversas provas levando em conta os coeficientes indicados

A conta do ano será a média aritmética dos elementos seguintes:

1º - média dos graus dos trabalhos de tática geral;

2º - média dos graus mensais;

3º - grau de aptidão para o comando.

- III – Os exames finais comportarão:

1 – provas escritas.

2 – provas orais.

Das provas escritas.

- IV - As provas escritas comportarão:

a) para todas as armas:

Um trabalho de tática geral na carta (coeficiente 5)

b) para cada arma:

Um trabalho especial na carta (coeficiente 5) sendo:

Para a Infantaria – estudo de um caso concreto de Batalhão.

Para a Cavalaria – idem de Regimento.

Para a Artilharia – idem de emprego de um Grupo.

Para a Engenharia – Estudo da organização do terreno ou estudo da transmissão numa operação de Divisão.

Estas provas serão julgadas de conformidade com o disposto no capítulo III Bases do Programa Geral de Instrução (R.E.A.O. pág. 39).

Das provas orais.

- V – As provas orais para cada arma versarão sobre os seguintes assuntos:

- INFANTARIA –

Aplicações do Regulamento de Infantaria – Estudo de um caso concreto, ataque ou defesa, descendo-se até o emprego da Companhia (Coeficiente 5).

Armamento – Metralhadoras – F.M. – Petrechos (Coeficiente 4).

Serviço em Campanha (Coeficiente 5).

Ligações, transmissões e Organização do Terreno (Coeficiente 4).

- CAVALARIA –

Aplicações do Regulamento de Cavalaria – Estudo de um caso concreto, ataque ou defesa, descendo-se até o emprego da Esquadrão (Coeficiente 5).

Armamento – Metralhadoras – F.M. – Petrechos (Coeficiente 4).

Serviço em Campanha (Coeficiente 5).

Ligações e Transmissões (Coeficiente 4).

- ARTILHARIA –

Aplicações do Regulamento de Artilharia – Estudo de um caso concreto, ataque ou defesa, descendo-se até o emprego da Bateria (Coeficiente 5).

Tiro de Artilharia (Coeficiente 4).

Serviço em Campanha da Artilharia (Coeficiente 5).

Ligações e Transmissões (Coeficiente 4).

- ENGENHARIA –

Organização do Terreno – Comunicações (Coeficiente 5).

Pontes - Destruições (Coeficiente 5).

Transmissões (Coeficiente 5).

As provas orais de cada arma serão prestadas perante uma comissão de 3 membros, pertencentes à Missão Militar Francesa, de acordo com a resolução do Chefe do Estado-Maior do Exército contida nos eu ofício nº 908 de 22 de outubro de 1920.

- Execução das Provas –

- VI – O papel distribuído para a prova escrita conterá um número. O oficial aluno não assinará sua prova escrita, limitando-se a escrever seu nome num papel especial que lhe será entregue dentro de um envelope aberto. Este envelope, depois de fechado, contendo por fora o número do papel da prova escrita que coube ao examinado, será recolhido à secretaria da E.A.O., que o conservará sob sua guarda, até que a comissão examinadora tenha feito o julgamento das provas escritas.

- VII – os oficiais alunos serão chamados a exame oral pela ordem alfabética, tirando-se a sorte pela letra inicial, pela qual começará a arguição de cada turma.

- VIII – os oficiais alunos, na prova oral, tirarão o ponto meia hora antes de serem arguidos. O primeiro examinando da lista de chamada dever-se-á achar na sala de exame meia hora antes da marcada para o início do mesmo. Os demais examinandos tirarão o ponto no momento da entrada, na sala do exame, do examinando que os preceder na ordem alfabética.

- IX – não é permitido aos oficiais alunos o uso de livros, regulamentos, documentos e qualquer espécie de notas para prepararem o ponto que lhes tiver cabido por sorte. O examinando que tiver tirado o ponto não poderá se retirar da sala de exame antes de ter sido arguido.
- X – nas provas orais far-se-á voltar todos os pontos, uma vez sorteada a metade.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresentará detalhadamente a metodologia que foi desenvolvida para solucionar o problema de pesquisa. O trabalho é uma pesquisa histórica, calcada em pesquisa bibliográfica e documental (FORTE, 2004; MINAYO, 2011).

A presente metodologia está dividida em: objeto formal de estudo e delineamento da pesquisa.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

Este trabalho foi uma pesquisa documental e bibliográfica e buscou solucionar o problema anteriormente apresentado.

Dividiu-se em duas partes este trabalho, pesquisa documental e bibliográfica. Teve-se como fonte, biblioteca da EsAO, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Colégio Militar de Belo Horizonte. Base de dados Google Scholar e livros.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza, foi uma pesquisa básica (ou pura), como define Rodrigues (2006): “objetiva a produção de novos conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem uma aplicação prática prevista inicialmente. Envolve verdades e interesses universais”.

No aspecto referente à abordagem do problema, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, que estabelece uma relação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Não utilizou métodos estatísticos e garantiu flexibilidade ao pesquisador. A análise dos dados foi feita indutivamente (RODRIGUES, M. D. G. V., 2006). Yin (2016) atesta que a pesquisa qualitativa preza por múltiplas fontes de evidência e o pesquisador deverá compará-las.

Com relação aos objetivos gerais, esta dissertação conduziu uma pesquisa exploratória, pois se desenvolveu e esclareceu algumas ideias sobre um assunto. A pesquisa exploratória pode ser feita pela primeira vez sobre um assunto e servir de base para estudos seguintes (RODRIGUES, M. D. G. V., 2006). Gil (1999) ainda reforça a classificação dessa pesquisa como exploratória com a seguinte afirmação: “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, ambas indispensáveis quando um tema histórico é estudado, segundo afirma Rodrigues (2006).

Para que se alcance o objetivo, os dados foram analisados qualitativamente, conforme será descrito em subitem específico mais adiante neste projeto de pesquisa.

3.2.1 Procedimentos para revisão da literatura

Conforme apresentado no delineamento de pesquisa, este estudo é uma pesquisa exploratória qualitativa, realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica tem a vantagem de permitir ao pesquisador explorar uma gama de episódios maior do que em uma pesquisa direta. É imprescindível em estudos históricos pela impossibilidade de se voltar ao passado a não ser pelo estudo da bibliografia.

Uma desvantagem da pesquisa bibliográfica é a chance de se cometer erros quando se atém às fontes secundárias, seja por distorção intencional ou não de seus autores acerca de fatos históricos (TRIVIÑOS, 1987). Para que se mitigue possíveis erros, ou até mesmo que se evite que eles sejam ainda ampliados, o investigador deverá confrontar as informações em diversas fontes.

A pesquisa documental se assemelha à bibliográfica. A principal diferença é o tipo de fontes estudadas. Os documentos não possuem nenhum tratamento analítico e caberá ao pesquisador fazê-lo. Este estudo priorizará as fontes primárias (contratos, documentos oficiais, reportagens de jornal, boletins internos de Unidades Militares documentos de ensino) e secundárias (relatórios de ensino).

Para a busca de literatura, utilizou-se até o as seguintes fontes:

a) Fontes de busca

- Artigos científicos das bases de dados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da EsAO e de Instituições de Ensino Superior (IES);

- Artigos científicos da base de dados *Google Scholar*.

- Biblioteca da EsAO

- Biblioteca do Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH);

- Livros acerca da temática envolvida;

- Monografias do Sistema de Monografias e Teses do Exército Brasileiro;

- Boletins internos da EsAO;

-

b) Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

Utilizou-se os seguintes descritores: “Missão Militar Francesa”, “ Escola de Aperfeiçoamento”, “Ensino Militar”, “Educação Militar”, “Escolas Militares”, “Missão Francesa”, “*école militaire*”, *education militaire*”, “*mission militaire française*”.

3.2.2 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental.

Como a pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica, ela se valerá prioritariamente de fontes primárias e secundárias.

3.3.3 Procedimentos metodológicos

Para que o projeto pudesse ser iniciado, o pesquisador iniciou uma ampla busca de literatura acerca do assunto. As fontes de obtenção de dados foram apresentadas no subitem “4.3.1 Procedimentos para revisão da literatura”.

A revisão bibliográfica deve ser organizada e metódica (GIL, 2010). O presente trabalho seguiu o seguinte protocolo:

- a) levantamento bibliográfico preliminar;
- b) elaboração do plano provisório de assunto;
- c) busca das fontes;
- d) leitura do material;
- e) fichamento;
- f) organização lógica do assunto

A seguir, apresenta-se os critérios de inclusão e exclusão das fontes bibliográficas:

- a) Critérios de inclusão
 - Estudos publicados em português, inglês ou francês;
 - Estudos publicados de 1920 a 2016;
 - Documentos acerca das tratativas e contratação da MMF;
 - Estudos qualitativos que descrevam a MMF;
 - Documentos de ensino da EsAO.
- b) Critérios de exclusão
 - Estudos que abordem apenas a doutrina francesa trazida pela MMF, não abordando assuntos sobre a temática do ensino militar.

3.3.4 Análise dos dados

Como o presente trabalho de mestrado profissional apresenta uma pesquisa bibliográfica, não foram utilizados métodos estatísticos de análise de dados (MINAYO, 2011). Utilizou-se comparações entre os autores, bem como a análise subjetiva da bibliografia e documentos primários obtidos.

A dissertação de mestrado foi produzida a partir do estudo comparativo da bibliografia estudada, para que se atingisse o objetivo proposto.

A apresentação dos resultados foi mediante texto descritivo e teve como objetivo principal analisar os reflexos da MMF no CAO, da linha do ensino militar bélico da EsAO, durante a vigência da MMF.

4 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve o objetivo de analisar as influências da MMF no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da linha do ensino militar bélico da EsAO, durante a vigência da MMF.

Para atender a finalidade a que se propôs, essa dissertação aprofundou-se em fontes primárias variadas, em teses e dissertações, em livros e em artigos científicos publicados em periódicos de bom nível acadêmico. Buscou-se um espaço temporal da vigência da MMF e, para tal, obviamente, se estudou o panorama anterior no qual o Brasil estava inserido. Com base nas conclusões obtidas percebe-se que a metodologia empregada foi adequada e eficaz e desenvolveu-se como será apresentado a seguir.

É vasta a literatura que atesta a total precariedade que o Exército enfrentava no final do Século XIX. Equipamento obsoleto, falta de coesão à tropa, carência de metodologia de instrução militar, grandes claros de pessoal nas Organizações Militares e, até mesmo, baixo nível intelectual da jovem oficialidade.

Em consonância às reformulações do ensino, por meio de novos regulamentos, a necessidade da contratação de uma Missão Militar estrangeira era consensual para o Alto Comando do Exército. Restava, entretanto, a difícil missão de se decidir que potência militar deveria ser contratada. Coube ao Ministro Pandiá Calógeras, após intensas “batalhas” políticas, a contratação da Missão Militar Francesa.

Como toda mudança de direção gera reação, a chegada dos franceses não foi diferente. Quer tenha sido pela resistência inicial natural de qualquer processo de inovação, quer tenha sido pela resistência dos desejosos de que o Brasil tivesse tido uma Missão Militar Alemã, os instrutores franceses que primeiro chegaram tiveram dificuldades para impor o seu trabalho.

Chefiados pelo Gen Gamelin, apenas após oito anos de sua chegada, pode ser notado alguns efeitos do trabalho da MMF. Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, os cursos das armas tomaram forma e foram adaptando-se a um sistema cartesiano de

instrução. O que, fatalmente, acarretou mudanças significativas na instrução militar e na disciplina dos corpos de tropa.

A MMF não se limitou ao ensino nas Escolas Militares, mas também incentivou melhoria de processos junto à administração militar e ao desenvolvimento de indústria bélica nacional.

O contato com as fontes francesas primárias engrandeceu e validaram muitos aspectos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Feroz. **The Young Turks**. Oxford: Clarendon Press 1969. 123 p.

ALEXANDER, M.S. **The Republic in Danger: General Maurice Gamelin and the Politics of French Defence, 1933-1940**. Cambridge University Press, 2003. p.

ALEXANDER, Martin S. Did the Deuxième Bureau work? The role of intelligence in french defence policy and strategy, 1919–39. **Intelligence and national security**, v. 6, n. 2, p. 293-333, 1991.

BARSOTTINI, Daniel; JUNIOR, Edivaldo Góis; DOS SANTOS SILVA, Sheila Aparecida Pereira. A influência francesa na estruturação da escola de educação física da Força Pública de São Paulo, Brasil (1906-1914)= The French Influence in the Structuring of the School of Physical Education of the Armed Forces of Sao Paulo, Brazil (1906-1914). **Materiales para la Historia del Deporte**, n. 11, p. 28-40, 2013.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército brasileiro e a missão militar francesa : instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 700 f. Tese de Doutorado em História - Instituto de Ciências Humanas Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BELLINTANI, Adriana Iop. Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, Brasília, v. 17, Mar. 2016.

BIANCO, Pedro Henrique. A missão militar francesa e a EsAO. **Revista Sangue Novo**, 2010.

BOND, Brian. **Fallen Stars: Eleven Studies of Twentieth Century Military Disasters**. Brassey's Incorporated, 1991. p.

BRASIL. Decreto nº 330, de 12 de Abril de 1890. (1890). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905 (1905). Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1905-10-02:5698>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRASILEIRO, Exército. Galeria dos Ex-Ministros. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/en/comandante-do-exercito/galeria-dos-ministros-e-comandantes-do-exercito/-/asset_publisher/FJObzMfZdgEQ/content/galeria-dos-ex-ministros>. Acesso em: 03 dez. 2016.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Zahar, 1995. p.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Editora Record, 2000. p.

COMTE, Auguste; GIANNOTTI, José Arthur; LEMOS, Miguel. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Nova Cultural, 1988. p.

COMTE, Auguste; REVUELTA, José Manuel; BERGES, Consuelo. **Curso de filosofía positiva:(lecciones I y II)**. Folio, 2002. p.

DA SILVA, Carlos Edson Martins. A Missão Médica Especial brasileira de caráter militar na Primeira Guerra Mundial. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil.**, n. 20, 2014.

DE ARAUJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência? **Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 15, n. 20, p. 245-273, 2009.

DE CARVALHO, J.M. **Forças armadas e política no Brasil.** Jorge Zahar Editor, 2005. p.

DE OLIVEIRA SANTOS, Miriam. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 88, n. 219, 2007.

DESCARTES, R. **Discurso do método: as paixões da alma : meditações.** Nova Cultural, 1979. p.

ESTEVES, Diniz. **Documentos históricos do estado-maior do exército.** Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. p.

ETOILES, Musee Des. General Coffec. 2017. Disponível em: < http://museedesetoiles.fr/portfolio_tag/general-coffec/ >. Acesso em: 25 aug. 2017.

FILHO, Ary Pelegrino. **A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME.** 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

_____. A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. **PADECEME**, v. Edição Especial, n. Rio de Janeiro, p. p 10- 20, 2º Quadrim. 2005.

FILHO, Jayme Araújo Bastos. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1994. 29 p.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza,, 2004. 256 p.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1992. 168 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1929). 2005.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional, Curitiba**, v. 3, n. 7, p. 89-94, 2002.

KOIFMAN, Fábio. Organizador, **Presidentes do Brasil**. Rio: Editora Rio, 2001.

LEMOS, Arquivo fornecido por Thiago Tremonte de. Imagem de Documento do Arquivo Histórico do Chateau de Vincennes. Paris, Arquivo fornecido por Thiago Tremonte de Lemos, 1910.

_____. Arquivos Históricos do Quai D'Orsay. Paris, 1919.

_____. Arquivos Históricos do Quai D'Orsay. Paris, 1921.

_____. Arquivos Históricos do Quai D'Orsay. Paris, 1926.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. **São Paulo: Busca Vida**, 1987.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988. 267 p.

MARTINS, Alcimar Marques de Araujo. **A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ECEME E SEUS REFLEXOS NOS DIAS ATUAIS**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ECEME, Rio de Janeiro, 2003.

MATOS, João Batista de. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. . **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. XLIII, n. n. 56, 1968.

MC CANN, Frank. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 270 p.

MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais-DOI: [http://dx. doi. org/10.15600/2238-1228/cd. v10n18p89-119](http://dx.doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v10n18p89-119). **Cadernos de Direito**, v. 10, n. 18, p. 89-119, 2011.

MILAN, Yara Maria Martins Nicolau. **A educação do "soldado-cidadão"(1870-1889): a outra face da modernização conservadora**. 389 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 114 p.

MORAIS, Ronaldo Queiroz. O Estrondo da Modernidade no Exército: As Reformas Curriculares e as Revoltas Militares na Primeira República. **Revista Contexto & Educação**, v. 28, n. 91, p. 149-176, 2014.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército**. 5. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. 283 p.

NETO, Jose Correia. Missão Militar Francesa. **Da Cultura**, v. 8, 2005.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2007. 204 p.

PASCAL, Georges; VIER, Raimundo. **O pensamento de Kant**. Vozes, 1985. p.

PINTO, Sergio Murillo. **Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)**. São Paulo: FGV, 2016. p.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do exército brasileiro (1905-1946): História**. Paco Editorial, 2010. p.

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa. **R. Mest. Hist**, Vassouras, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan/jun 2011 2011.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, TRABALHOS ACADÊMICOS E DISSERTAÇÕES EM CIÊNCIAS MILITARES**. 3.ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2006. 130 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.

SOUZA, Dorian Cerqueira de; LIMA, Christiane Alves de. EsAO: 95 anos de tradição e profissionalismo , aperfeiçoando oficiais com competência. . **O saber ; revista técnico científica**, v. nº 7, 2014.

TJPB. TJPB vai homenagear o ex-presidente Epitácio Pessoa. João Pessoa, 2016. Disponível em: < <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?tribunal-de-justica-da-paraiba-vai-homenagear-o-ex-presidente-epitacio-pessoa-20.02.2015> >. Acesso em: 14 dez. 2016.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação : o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UFCG. Biografia de João Pandiá Calógeras. Campina Grande, 2014. Disponível em: < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoaPCalo.html> >. Acesso em: 13 dez.2016.

YIN, R.K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016. p.

ANEXO 1

O Contrato da Missão Francesa. Paris, 08 de setembro de 1919.

Artigo I

Por solicitação do Governo brasileiro, representado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, abaixo assinado, o Governo Francês decidiu enviar, ao Rio de Janeiro, uma missão militar, sob as ordens do General Gamelin.

Sua composição será a seguinte: Um oficial-general, Chefe da Missão.

Um oficial ajudante-de-ordens do general Chefe da Missão. Ficará à disposição do general Chefe da Missão:

Um oficial de Artilharia, técnico em Artilharia e fabricação de seu armamento.

Um engenheiro especialista em explosivos.

Um coronel, Subchefe da Missão e desempenhando, ao mesmo tempo, as funções de Comandante da Escola de Estado-Maior.

Um oficial superior, Diretor-de-Estudos.

Um oficial de cada uma das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, instrutores. Para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais:

Um oficial superior, Comandante da Escola.

Um oficial de cada uma das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, instrutores. Um oficial de Cavalaria, instrutor de equitação.

Um oficial de Infantaria, instrutor de armamento.

Um oficial de Engenharia e um oficial de Comunicações, instrutores comuns às Escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento.

Um intendente militar, Diretor da Escola de Intendência. Um veterinário militar, Diretor da Escola de Veterinária. Um veterinário auxiliar, adjunto.

Um mestre-ferrador.

Num total de vinte e três militares.

O número de graduados, secretários e monitores, que for julgado necessário por entendimento entre o Ministro da Guerra brasileiro e o Chefe da Missão. Em princípio, serão quatro secretários e um especialista em equitação.

Se a prática demonstrar a necessidade de crescer, de forma permanente ou temporária, os quadros acima previstos, as condições peculiares a se estabelecer, em consequência disso, serão objeto de anexos ao presente contrato.

Os oficiais usarão, no Brasil, o uniforme do Exército francês.

A eles será dado, no Exército brasileiro, o posto imediatamente superior ao que possuem na França. Eles usarão as insígnias respectivas em seus uniformes.

O General Chefe da Missão ocupará o posto de General de Divisão e o Subchefe da Missão o de General-de-Brigada.

Artigo II

O General, Chefe da Missão Francesa ficará subordinado ao Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, nas funções de assistente técnico para instrução e organização. Ele colaborará diretamente com o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro e deverá ser, obrigatoriamente, consultado sobre todos os assuntos de instrução.

A Missão Francesa ocupar-se-á, especialmente, da direção da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária.

Posteriormente, qualquer outra missão complementar lhe poderá ser confiada pelo Governo brasileiro, principalmente a inspeção e controle da instrução e da organização de diferentes Regiões Militares.

Durante a presença da Missão Francesa, o Governo brasileiro se compromete a não contratar nenhuma outra missão estrangeira de âmbito militar, salvo de técnicos para as fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército.

O Governo brasileiro dará preferência à indústria francesa, em suas encomendas de material de guerra, desde que, em igualdade de valor técnico, esse material possa ser cedido a preços idênticos aos propostos por outra potência e nos mesmos prazos.

O General Chefe da Missão Francesa tomará lugar, nas cerimônias públicas, acompanhado do Subchefe da Missão e dos oficiais a sua disposição, imediatamente após o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro; os outros oficiais da Missão o farão junto aos do mesmo posto que os seus no Exército brasileiro.

Artigo III

A Missão Francesa estará subordinada, por intermédio do Chefe da Missão, unicamente ao Ministro da Guerra do Brasil.

Artigo IV

O General Chefe da Missão Francesa terá autoridade plena e integral sobre a Missão de Aviação, que já se encontra contratada pelo Governo do Brasil.

O Governo Federal se empenhará em obter dos governos estaduais, numa posição coordenadora, que o Chefe da Missão, em atividade nos Estados da Federação, tenha respeitadas, seja quanto ao aspecto funcional ou pessoal, suas prerrogativas específicas. O Governo Federal credenciará o Chefe da Missão, no caso, junto aos respectivos governos estaduais.

Caso Estados brasileiros recebam, para instrução ou organização de suas polícias militares, uma missão de nacionalidade estrangeira, o presente contrato poderá ser revogado pelo Governo francês, garantidas todas as obrigações atribuídas ao Governo brasileiro, previstas no § 1º do Artigo XIV.

Artigo V

O general Chefe da Missão Militar Francesa e os oficiais que compõem a Missão passam à disposição do Governo brasileiro por um período de quatro anos, a contar da assinatura do presente contrato, com possibilidade de rescisão individual após dois anos.

A Missão Militar Francesa poderá continuar, total ou parcialmente, após expirar o presente contrato, cabendo ao Governo brasileiro informar ao Governo francês no mínimo seis meses antes de seu término.

O oficial técnico em Artilharia e fabricação de seu armamento e o engenheiro especialista em explosivos ficarão à disposição do Governo brasileiro pelo período de um ano, mas, ao fim deste tempo, o contrato feito com eles poderá ser renovado, sempre por períodos também de um ano.

Artigo VI

O vencimento anual dos membros da Missão Militar será o seguinte:

1) Indenizações anuais da Missão, fixadas de acordo com a tabela abaixo, e baseadas no posto do oficial no Exército francês:

General, Chefe da Missão,	65 contos
Coronel, Subchefe da Missão,	45 contos
Tenente-Coronel,	40 contos
Major	35 contos
Capitão	30 contos
Primeiro-tenente	25 contos
Segundo-tenente (casado)	12 contos
Segundo-tenente (solteiro)	10 contos

2) Indenizações anuais de gratificação de comando:

General, Chefe da Missão	10 contos
--------------------------	-----------

Coronel, Subchefe da Missão	5 contos
-----------------------------	----------

Tenente-Coronel Comandante Geral da Escola de

Aperfeiçoamento	5 contos
------------------------	-----------------

Intendente	3 contos
------------	----------

Veterinário	2 contos
-------------	----------

Os interessados receberão seus vencimentos parceladamente, ao fim de cada mês. Eles receberão a contar do dia da partida da França. O pagamento será efetuado em papel moeda brasileiro.

Artigo VII

Antes de deixar a França, o pessoal destinado à Missão Militar Francesa receberá, por intermédio da Embaixada do Brasil em Paris:

1) O montante das despesas de viagem de Paris ao Rio de Janeiro, marítima ou ferroviária, em primeira classe para os oficiais, em segunda classe para os graduandos.

2) Uma indenização de fardamento e instalação, no valor de:

7.500 francos.....para o Chefe da Missão

5.000 francos.....para os oficiais superiores

3.500 francos.....para os oficiais subalternos

1.500 francos.....para os graduados

O transporte de mobiliário e bagagem do pessoal da Missão, tanto por mar como por terra, se fará às expensas do Governo brasileiro, que os isentará de impostos aduaneiros. Entretanto, em função do interesse individual, o pessoal da Missão poderá receber, ao chegar ao Brasil, em troca de suas despesas de transporte, bagagem e mobiliário, uma indenização fixada em:

Oficiais casados.....5 contos

Oficiais solteiros.....2 contos

Graduados.....1 conto

Os membros da Missão Militar Francesa serão beneficiados, durante sua permanência no Brasil, da dispensa de impostos aduaneiros para todos os objetos de seu uso pessoal. O pessoal da Missão terá direito ao transporte da família (esposa e filhos) às expensas do Governo brasileiro, tanto na vinda como ao regressar, somente uma vez enquanto durar sua permanência; em primeira classe para a família dos oficiais, em segunda classe para os graduados.

Artigo VIII

Ao regressarem à França, os membros da Missão Militar serão pagos até o dia do desembarque em seu país, e receberão, ainda, suas despesas de viagem e de transporte de bagagem e mobiliário até Paris, nas mesmas condições da vinda. Os oficiais poderão, a seu critério, beneficiarem-se desta cláusula ao fim de dois anos, se eles regressarem à França, definitivamente.

Artigo IX

O Chefe da Missão e seus oficiais terão direito, individualmente, para seu serviço pessoal, a um soldado ordenança fornecido pelo Exército brasileiro.

Além disso, será fornecido pelo Governo brasileiro, aos oficiais designados em acordo entre o Ministro da Guerra e o general Chefe da Missão, um “cavalo d’arma” para cada um.

Cavalos serão também propiciados para as necessidades de serviço dos oficiais que não os tiverem a título pessoal.

Três automóveis serão postos à disposição da Missão: um para uso pessoal do general Chefe da Missão e dois outros, distribuídos pelo general entre os oficiais, para as necessidades do serviço.

Artigo X

Os membros da Missão Militar Francesa serão indenizados, durante a estada no Brasil, de toda despesa de transporte por via férrea e por embarcação que sejam necessários nos deslocamentos que farão em serviço, inclusive no caso de terem que ir à França a serviço do Governo brasileiro; eles terão direito, pois, além do seu soldo e indenizações previstas nos parágrafos precedentes:

- 1) Suas despesas de transporte por terra ou por mar.
- 2) Uma indenização diária equivalente à estabelecida para os oficiais brasileiros de posto correspondente ao dos oficiais no Exército brasileiro.

Artigo XI

Após o segundo ano, o pessoal terá direito a quatro meses de férias, não computada a viagem.

As férias serão remuneradas.

Artigo XII

Os oficiais que requeiram, individualmente, a rescisão de seus contratos ao fim de dois anos, serão substituídos pelo Governo francês; as indenizações previstas no Artigo VII e seguintes ficarão a cargo do Governo brasileiro.

Em caso de doença que torne totalmente impossível sua atividade no Brasil, o repatriamento de qualquer dos membros da Missão Militar Francesa far-se-á aos auspícios do Governo brasileiro, nas condições previstas no Artigo VIII. Os oficiais e militares da Missão serão tratados no hospital militar ou em uma clínica, se o general Chefe da Missão julgar necessário, de acordo com o Ministro da Guerra.

No caso do general Chefe da Missão ter, por uma questão de serviço a ele concernente, que provocar junto ao Ministro da Guerra francês, ao curso do presente contrato, o regresso à França, de algum de seus membros, este perderá os direitos estabelecidos no Artigo VII. Seu repatriamento e substituição serão responsabilidade do governo francês.

Artigo XIII

Em caso de falecimento de militar da Missão ou de membro de sua família, o Governo brasileiro se incumba de assegurar o transporte do corpo para a França, ao local designado pela família, e o seu retorno à França, nas condições previstas no Artigo VIII.

Artigo XIV

Se, por motivo excepcional, o presente contrato for revogado, seja pelas autoridades brasileiras, seja pelo governo francês, ficam estabelecidas as seguintes condições:

- 1) Se a revogação do contrato for provocada pelo Governo brasileiro, o repatriamento dar-se-á nas condições fixadas pelo Artigo VIII. Além disso, os oficiais terão direito a uma indenização equivalente a um ano de soldo e indenizações constantes no Artigo VI.

2) Em caso contrário, o Governo francês deverá pagar as despesas de viagem para o retorno à França, da Missão.

Se, por um outro motivo excepcional, o Governo francês tiver que fazer voltar um dos oficiais da Missão, a medida será tomada em entendimento entre os dois Governos e o francês se responsabilizará por substituir, a suas custas, o oficial repatriado.

Artigo XV

Em caso de reinício das hostilidades, o Ministro da Guerra francês poderá repatriar os membros da Missão, por intermédio da Embaixada da França no Rio de Janeiro; nesse caso, o Governo brasileiro deverá liberar, sem delongas, o pessoal da Missão. O repatriamento se fará nas condições previstas no Artigo XIV, parágrafo 2, situação em que é consequência de pedido do Governo francês.

Em caso de guerra do Brasil com uma potência qualquer, o general Chefe da Missão Francesa e os oficiais sob suas ordens não poderão participar das operações se neste sentido não houver assentimento formal dos Ministros da Guerra dos dois governos.

Paris, 8 de setembro de 1919.

ANEXO 2

Decreto nº 13.451, de 29 de Janeiro de 1919

Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros

O Vice Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio, usando da autorização conferida pelo art. 59 da lei n. 3.674, de 7 do corrente, resolve estabelecer as seguintes bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação veterinária, administração e de aperfeiçoamento:

Art. 1º O ensino militar abrange os seguintes cursos:

- a) curso d'arma (infantaria, cavallaria, artilharia e engenharia);
- b) cursos de aperfeiçoamento d'arma;
- c) curso technico de artilharia e curso technico de engenharia;
- d) curso de estado maior;
- e) curso de revisão.

Art. 2º Os cursos d' arma são feitos na Escola Militar e destinados a preparar officiaes subalternos de tropa das diversas armas.

Art. 3º Os cursos de aperfeiçoamento d'arma são feitos na Escola de Aperfeiçoamento para Officiaes, cujo instructores pertencem á missão estrangeira contractada em virtude da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

§ 1º O Ministerio da Guerra designa para frequentar essa escola, durante os periodos de instrucção, capitães e primeiros tenentes, pertencentes ás quatro armas do Exercito, na fórma estabelecida no respectivo regulamento.

§ 2º A Escola de Aperfeiçoamento para Officiaes dispõe de tropas de infantaria, cavallaria, artilharia e engenharia pois ella e destinada a completar a instrucção dos officiaes do Exercito e aperfeiçoalos como instructores como commandantes das pequenas unidades.

Art. 4º Os cursos technicos de artilharia e de engenharia são respectivamente, destinados aos segundos e primeiros tenentes de artilharia e de engenharia, que tendo o curso de

sua arma, desejam habilitar-se para exercer funcções technicas no "serviço de material bellico" e no serviço de engenharia", compreendendo este o de estradas de ferro.

§ 1º Esses cursos são feitos: primeiramente, a titulo de aperfeiçoamento, do estrangeiro, por um grupo de officiaes habilitados com os antigos cursos technicos; depois, no Brasil, em uma Escola de Arthilharia e Engenharia, segundo um plano de ensino elaborado pelo officiaes que concluem aquelle aperfeiçoamento.

§ 2º Os officiaes que concluem o curso technico de artilharia ou de engenharia são incluidos no quadro suplementar ou em quadros especiaes (quadro technico de artilharia e quadros technico de engenharia) que venham a ser creados.

Art. 5º O curso de estado maior é feito em uma escola á parte (Escola de Estado Maior), didactica, administrativa e disciplinarmente subordinada ao chefe do Estado Maior.

§ 1º Os actuaes professores de materias essencialmente militares da Escola de Estado Maior são dispensados, com as garantias que lhes competem pela vigente legislação, e substituidos por officiaes da missão estrangeira de que trata o art. 3º, de accôrdo com a indicação e responsabilidade de seu chefe.

§ 2º Terminado o contracto a que allude o art. 3º, o Governo póde renovo-lo, e, si assim não julgar conveniente, restabelecer o ensino por officiaes brasileiros, escolhidos por concurso, dous mezes depois de terminado o contracto e fazendo intervir no julgamento os officiaes estrangeiros que se acharem em exercicio no magisterio da Escola de Estado maior.

§ 3º Dez annos após a data da presente lei, o certificado do curso de estado maior passa a ser requisito indispensavel para a promoção ao posto de general de brigada. Para facilitar a execução dessa exigencia o Governo permite a matricula na Escola de Estado Maior aos officiaes superiores que o requererem nas condições regulamentares e sómente dentro daquelle prazo.

§ 4º Para matricula na Escola de Estado Maior são sempre preferidos os capitães que, além das outras condições de ingresso, apresentem as melhores provas da sua aptidão militar, como sejam: aperfeiçoamento na instrucção de sua arma; destaque das unidades que instruem ou commandam; serviço de campanha em que tenham revelado iniciativa e capacidade.

Art. 6º O curso de revisão, anexo á Escola de Estado Maior, é inteiramente facultativo, e funciona de modo a poder ser frequentado sem prejuizo do serviço. E' destinado a manter em dia o preparo dos officiaes superiores de qualquer arma, dos capitães com o curso de estado maior e dos docentes de aulas essencialmente militares da Escola Militar, em turmas que não excedam de 40 officiaes.

§ 1º Para facilitar a frequencia desse curso a officiaes superiores arregimentados nos Estados, o Governo estabelece um meio de verificar a sua acção de commando. Nessa verificação sempre intervem o commando da região e pelo menos um dos officiaes estrangeiros de que trata o § 1º do art. 5º.

§ 2º Sempre teem preferencia para a matricula nesse curso os officiaes superiores que possuem pelo menos um anno de exercicio de seu posto ou de posto superior na tropa ou no serviço de Estado Maior.

Art. 7º Além dos cursos militares acima mencionados, ha no Brasil:

a) um curso de aviação , que funciona na Escola de Aviação creada pela missão franceza em virtude de contracto e é destinado a ministras a officiaes e sargentos do Exercito activo e a officiaes de reserva da 2ª classe de 1ª linha a instrucção de pilotos, mecanicos e observadores, para o serviço aeronautico do Exercito;

b) um curso de veterinaria, tendo como anexo um curso de ferradores, junto á Directoria de Saude do Exercito, sob a direcção technica de um official da missão estrangeira e na fórma por elle regulada:

c) um curso de administração, junto á Directoria de Administração da Guerra, sob a direcção technica de um official da missão estrangeira e na fórma por elle regulada;

d) os cursos de aperfeiçoamento destinados a preparar sargentos para instructores das sociedades de tiro e para as armas de infantaria cavallaria e artilharia.

Art. 8º Os Collegios Militares o do Rio de Janeiro, o de Porto Alegre, o de Barbacena e o do Ceará, este ultimo obedecendo ao typo dos dous anteriores, e que é creado em virtude da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, fazem parte dos institutos de ensino militar como estabelecimento de instrucção secundaria.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1919, 98º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

Alberto Cardoso de Aguiar